



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 28

Sessão Ordinária de Abril

2.ª Reunião de 03-05-1999

Aos três dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente, pelo mesmo não estar presente, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e o vogal João Pires da Rosa, na qualidade de Primeiro e Segundo Secretários respectivamente, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, José Augusto Fernandes Júnior, Pedro Machado Pires da Rosa, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, João José Ferreira da Maia, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Raúl Ventura Martins, Álvaro Patrício do Bem, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Branco Pontes e Élio Manuel Delgado da Maia.

De seguida o Sr. Presidente da Mesa deu sequência aos trabalhos agendados para esta Sessão.

PONTO N.º 1 COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Uma vez que a Comunicação foi distribuída, prescindia de a apresentar oralmente neste momento e se houver observações dos Senhores Deputados ou pedidos de esclarecimentos fico desde já à disposição.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados municipais, membros da Câmara. Esta comunicação vem na linha sóbria, singela, que dá o relato do que a Câmara fez neste curto período. Faz aqui referências a vários pontos. Fala na pedonalização da rua Direita. Realmente está começada, não tenho nada contra a pedonalização da rua Direita. Mas tudo o que aqui vem anunciado nesta comunicação já estava ou conceptualizado ou iniciado, portanto estava no horizonte das ideias do Executivo anterior. Portanto, também na linha do que aqui venho dizendo, apesar de não estar contra, de alguma maneira neste sentido para aprovar o que este Executivo vem fazendo eu tenho de condenar a falta e de alguma maneira a essência da acção deste Executivo.”

Porque eu entendo que o Executivo é para ter ideias e executá-las; e este Executivo, não há dúvida, ainda não nos trouxe nada de novo, prestando um serviço omissivo que sendo um Executivo novo devia trazer o “sangue na gueltra” e de vir cheio de dinamismo, de ideias, e labutar no sentido de algo de novo a implementar. Isto de certa maneira articula-se com o aspecto do trânsito. Eu sou apóstolo defensor de que os centros das cidades não devem ter um trânsito intensivo de veículos motorizados. E penso que, paulatinamente, através da pedonalização destes arruamentos municipais se vai conseguir esse objectivo. Os cidadãos do mundo actual, vão-se apercebendo que o fumo dos escapes não é benéfico à saúde, não é benéfico aos monumentos, traz malefícios de vária índole, portanto é necessário afastá-los. Esta pedonalização da rua, esta e outras, estavam no horizonte do Executivo anterior, como sejam o Largo da Apresentação e toda a baixa histórica, até no seguimento dos melhoramentos dos estabelecimentos no âmbito do PROCOM. Portanto, isto devia ter um aproveitamento das circunstâncias paisagísticas, dos arruamentos, que é de todo benéfico. Eu dizia então, que isto tem o sentido de afastar o trânsito, e afastando o trânsito do centro da cidade (eu sublinho isto que é muito importante), sublinho a necessidade de os munícipes terem de deixar os seus transportes e utilizarem os públicos. E não há transportes públicos de qualidade se não forem procurados. É necessário terem clientela para que a clientela refine as suas exigências, o seu sentido cívico das reclamações, para que os transportes depois melhorem de qualidade. Portanto, ao melhorarem-se ruas melhoram-se quase directamente os transportes públicos por esta dinâmica. Mas, já não acho muito bem a incentivação de parques de estacionamento no centro da cidade. Não é que os parques de estacionamento não façam falta, é obvio que fazem, simplesmente devem ter uma localização. A acção do Executivo deve ser sistemática e coerente, porque não faz sentido que agora se prepare o estacionamento subterrâneo na Praça Marquês de Pombal - embora no imediato seja útil esse estacionamento (a meu ver), agora deve ser um parque, mas já vocacionado no futuro para um outro aproveitamento. Ou seja, quando se fizer a adjudicação desse parque, deve estar preparado para ter outro tipo de aproveitamento, por exemplo um centro comercial, porque pode revelar-se de utilidade se não for simplesmente um parque de estacionamento. Portanto, deve estar preparado para que possa ter outro tipo de aproveitamento. Portanto, deve ficar em bruto para que possa ter outro tipo de aproveitamento. Porque se por um lado se afastam os veículos do centro da cidade e se por outro lhe criam estacionamento, é o mesmo que dizer: venham e não venham. A meu ver é uma contradição!

Quanto à pista de ciclismo, não sei se estarei bem de acordo com esta pista de ciclismo. Estou de acordo que os munícipes andem de bicicleta e que se lhe criem condições. Portanto, se houver redução de tráfico automóvel, os munícipes podem andar de bicicleta sem grande receio e sem a necessidade suprema de pistas. As pistas convidam a andar de bicicleta (e digo isto não de ânimo leve, porque sou um amante da ciclismo), recordo que vim para Aveiro há trinta anos e me deslocava para o Banco de bicicleta a pedal; e fico triste, mesmo agora, quando num fim de semana não faça mais de 50 quilómetros de bicicleta a pedal. Portanto vejo esta criação de condições para os munícipes andarem de bicicleta com muita simpatia. Agora, se eu fosse do Executivo, não sei se teria esta opção de fazer a pista pelo meio da Avenida. Porque eu creio que vai ser mesmo um desastre. A meu ver essa pista tem má integração até pela descrição do seu percurso. Porque pela descrição do Sr. Presidente através da rádio, creio que não é bem uma pista de ciclismo é mais uma pista de “ciclocross”. Porque o ciclista sai da Estação, monta na bicicleta, chega ao ZIG ZAG e vira para o Fórum e a seguir tem de transferir a bicicleta para a Rua Direita, mas para isso tem de passar na passagem das Pontes, como aí não tem pista, pega nela às costas (provavelmente), desce o viaduto (como disse o Sr. Presidente, se tiver habilidade desce sobre a bicicleta) e depois sobe a Rua Direita até à praça Marquês de Pombal. Eu devo dizer que, se esta pista der resultado, eu dou os parabéns ao Sr. Presidente pela ousadia de a ter! Porque não há dúvida nenhuma, atrever-se a fazer uma pista de ciclismo pelo centro da Avenida Lourenço Peixinho, com as dificuldades de trânsito que a Avenida tem, é (não

há dúvida nenhuma) um golpe de ousadia e que eu não auguro grande êxito a essa pista. O gosto de andar de bicicleta deveria começar por outras avenidas e não por esta nevrálgica Avenida que é a Lourenço Peixinho. Quero ressaltar, que o meu apoio à pista de ciclismo não implica a aprovação onde ela está. Portanto, sou crítico para onde está desenhada a pista.

A Câmara revela aqui alguns trabalhos nas freguesias, mas fá-lo tão só nas freguesias de Oliveirinha e Aradas. Não vemos nada para as freguesias de Eirol, Eixo, nada para as outras freguesias. Portanto, eu penso que o Executivo não deve ignorar e tratar como cidadãos de segunda categoria os munícipes das outras freguesias que não sejam as da urbe propriamente dita. Seria importante, que o Executivo trouxesse aqui o quantitativo gasto, para depois se comparar esse gasto. É bem que o Executivo conduza o investimento para toda a parte territorial do município. É tudo o que tenho por agora a dizer.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Filipe Brandão:

“Muito obrigado. Folgo muito em saber que o Dr. Jorge Nascimento é um amante da bicicleta. Até porque, desde logo, permite-me utilizar uma linguagem que facilmente entenderá. Aquilo que distingue esta Câmara da anterior é que, a Câmara do CDS/PP não tinha “pedalada” ou seja, eu vejo pelo menos há oito anos nos Planos de Actividades a pedonalização da rua Direita, mas o Executivo nunca teve coragem de optar por essa pedonalização. Era sempre com avanços, com recuos, com intervenções de fulano, com conselhos de beltrano, e a verdade é que se passaram oito anos e não se avançou para essa solução; obviamente louvável.

E mais um exemplo dessa capacidade de pedalada, é também, no parágrafo imediatamente a seguir, a questão da reparação dos muros dos canais. V. Ex.^a estará certamente recordado das minhas múltiplas intervenções nesta Assembleia, em que a Câmara que V. Ex.^a suportava, conseguiu cometer um verdadeiro crime contra Aveiro, por omissão, que foi a manutenção daquelas ruínas que envergonharam todos os cidadãos aveirenses durante um mandato inteiro. Estiveram quatro anos os muros deitados abaixo e V. Ex.^a tem o despudor de vir hoje falar em ausência de capacidade de realização!?

Posto isto, sobre as perguntas feitas ao Sr. Presidente, eu felicito-o pela adjudicação da Praça Marquês de Pombal. Eu gostava de perguntar quando é que pensa ter já em funcionamento o referido parque?

De saudar, também, uma iniciativa muito feliz que foi a inauguração da Biblioteca Municipal, que tivemos nós os que nos deslocámos no dia da inauguração, de constatar que é um espaço feliz, que é uma ideia louvável a reunião num espaço de todas as publicações da responsabilidade da Câmara Municipal e também muito interessante a disponibilização gratuita do acesso à Internet.

Registrar também, a inauguração do “Estaleiro de Teatro”, da responsabilidade (ao que creio) do Ministério da Cultura. De facto, é um equipamento muito agradável que tem permitido realização vária de múltiplas actividades, da Dança ao Teatro.

Finalmente, para terminar, e porque penso que de algum modo se prende com a actual situação política, a referência que V. Ex.^a, Sr. Presidente, faz à hospitalidade de Aveiro manifestada aos membros do Governo e outras Entidades que muito nos distinguem. Como sejam neste período, termos sido visitados pelo Sr. Ministro do Equipamento Obras Públicas e Administração do Território; pelo Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia; pelo Sr. Ministro da Economia; pelos Srs. Secretários de Estado da Indústria; do Comércio; da Administração Local e Ordenamento do Território; do Desenvolvimento Regional; do Assuntos Europeus; da Juventude; a Comissão da FIFA; a Associação de Reitores e Oficiais do Estado Maior. De facto, aliás, voltando ao Dr. Jorge Nascimento, que ainda não há muito tempo se lamentava pelo tratamento preferencial que Aveiro está a ter por parte do Governo, mas registo e friso essas suas palavras, porque servem

para salientar por contraste, o tratamento que os Governos do Prof. Cavaco Silva e do PSD, votaram Aveiro durante dez anos. E, surge esta referência, a propósito do recente Congresso do PSD, em Coimbra, do qual Aveiro pode ter desde já a certeza de que nada tem a esperar deste PSD. Este Congresso foi aliás a concretização de sinais vários que vinham do PSD e tinham começado desde a atribuição do cabeçalato da lista ao Parlamento Europeu ao Dr. Pacheco Pereira.”

Vogal António Salavessa:

“Com tanta visita de tantos governantes, estou completamente sem fôlego, sem voz, e não sei se deveria recorrer às frases do antigamente: “Bem hajam Srs. Governantes; Muito obrigado Srs. Governantes”. Penso que não, não se trata de agradecer aquilo que é devido, que são os actos de governação e que essa governação tenha em conta uma realidade económica, social, cultural, que é a realidade de Aveiro. Se por acaso sucedeu alguma coisa, foi mais demérito dos Governos anteriores que propriamente este Governo.

Passando adiante, àquilo que nós temos hoje que discutir. Em relação à Comunicação do Sr. Presidente e à Comunicação dos Serviços Municipalizados, apraz-me dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, sobre o reconhecimento na Comunicação, da Convenção Cultural Autárquica de 17 de Abril. Para dizer a propósito, sem diminuir a importância da realização e o significado da sua realização em Aveiro, que em termos de conteúdo concreto desta Convenção Cultural Autárquica, se nos colocam algumas dúvidas, nomeadamente à oportunidade da sua realização. Quanto a nós, tinha sido muito mais claro, muito mais legítimo e talvez muito mais eficaz, se no início da legislatura o Sr. Ministro tivesse reconhecido este papel das Autarquias na produção cultural e tivesse então promovido a Convenção Cultural Autárquica. Já a seis meses do fim do mandato do Governo, a seis meses do fim da legislatura, com a encenação mediática que a Convenção teve, não me parece sinceramente legítimo, nem sério, aquilo que foi aqui realizado. Seria tempo, isso sim, que o Governo reconhecesse de forma clara o papel das autarquias na produção cultural. A soma dos investimentos das autarquias na produção cultural é hoje superior ao investimento do Orçamento Geral do Estado nesta área. E, quando se trata de procurar definir parcerias ou contratos programas, o que era importante era que as autarquias pudessem dispôr de meios financeiros próprios para continuar uma política de intervenção cultural, autónoma e esclarecida.

Quanto ao inquérito público do Regulamento dos Resíduos Sólidos e Urbanos, eu colocava mais uma vez à reflexão da Câmara a seguinte questão: O que é para esta Câmara o inquérito público? De que forma é que o inquérito público é para esta Câmara um instrumento de participação? Será que a Câmara se limita a publicar em Diário da República e está à espera que a generalidade da população de Aveiro tenha conhecimento daquilo que está efectivamente em causa!? Gostava que a Câmara fizesse aqui uma exposição sucinta das diversas acções, se é que as teve, da promoção deste debate público.

Quando é que fez uma sessão de esclarecimento sobre o Regulamento, quantos exemplares distribuiu à população ou às Juntas de Freguesia ou aos membros desta Assembleia Municipal? Porque se eu tenho um Regulamento tive o cuidado de o pedir, porque não houve iniciativa da Câmara de aqui o fazer chegar. É preciso não esquecer que o Regulamento de Resíduos Sólidos, que para além do normativo que inclui, passa a introduzir taxas, tarifas, obrigações diversas para os munícipes. Era bom que esta Assembleia antes de se ter de pronunciar em definitivo sobre um tal Regulamento, pudesse dar um contributo diferente na fase da própria discussão pública. É assim, Sr. Presidente, Srs. Membros da Câmara, que espero que aquilo que já se acabou com a discussão pública dos resíduos sólidos (porque acabou a 23 de Abril a sua discussão), não aconteça no futuro com outros regulamentos municipais que estão na calha; seja o regulamento relativo ao urbanismo e as novas taxas, seja os planos urbanísticos de pormenor que estão a ser

elaborados. Quer dizer, não os tragam apenas aqui no fim, façam a Assembleia participar e façam participar Aveiro nesta questão.

Colocava ainda aqui nesta Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara, uma pergunta que lhe foi colocada pelo Sr. Eng. Cruz Tavares, na reunião de 25 de Fevereiro na Câmara, relativamente ao estado da Capitania. Se aqui foi feita referência ao grande triunfo desta Câmara respeitante aos muros da ria, espero que seja reconhecida também, que está ali uma situação de ruína que não dignifica a cidade e necessita de uma intervenção rápida. Como nas actas subsequentes, não vi qualquer resposta à pergunta que foi colocada, gostava que respondesse, já que o Sr. Presidente se comprometeu a averiguar.

Relativamente à acta n.º 13 da Câmara Municipal, fiquei muito preocupado com o seguinte: há um pedido que é colocado por uma discoteca da cidade... há queixas por parte da população, que se queixam de uma determinada que em vez de fechar às 04:00 horas, conforme está estabelecido, fecha às 6, 7, horas, incomodando a vizinhança. Isto por si é uma questão policial, mas preocupou-me a resposta do Sr. Vereador José Costa, que está na acta, em que diz: que está lá uma carta dessa empresa que dirige essa discoteca e que está em consideração. Ora, não me parece que possa haver qualquer consideração por parte da Câmara a uma questão que está perfeitamente estabelecida em termos de Regulamento Municipal, e para a qual, tanto quanto eu sei, não são permitidas excepções pela Câmara.

Outra questão é a seguinte: eu não tenho nada contra a iniciativa privada, antes pelo contrário, acho que a iniciativa privada tem um papel a desempenhar na economia deste país desde que o sectores chave, de serviço público, sejam da responsabilidade do Estado (não haja dúvidas nessa matéria), mas a actividade deve sempre respeitar um conjunto de princípios. A questão é muito simples Sr. Presidente, aquele barco que está no canal Central, com aquela volumetria, com aquele aspecto, estraga completamente a imagem daquele canal, dos barcos moliceiros; é uma violência aquilo que ali está. O barco da Câmara é também volumoso, embora menos chocante e não está estacionado ali, está estacionado mais adiante. Portanto, era no sentido da Câmara interceder junto da APA, até que os canais nas “calendas” sejam municipalizados, para providenciar para que aquilo não esteja ali; esteja mais adiante.

A acta n.º 15 refere o protocolo de recuperação da área do grupo sul do Salgado de Aveiro. Portanto, um protocolo estabelecido entre a Universidade, a Câmara de Ílhavo, a Câmara de Aveiro e a Administração do Porto e que eu penso devia estar referido na Comunicação do Sr. Presidente. Mas, na acta diz que esse protocolo está apenso. Ora não está! Eu gostava de o conhecer ou então que o Sr. Presidente nos desse alguma luz sobre a matéria.

Em relação aos Serviços Municipalizados. Análises e qualidade da água: 1369 análise durante este período - é obra, é muita análise. Agora, parece-me que este volume de fiscalização e nomeadamente pela Água do Vouga, não é propriamente ao nível do consumidor. Será análises à qualidade da água que vem em alta do sistema do Carvoeiro para cá. Ora, se ela vem para cá e depois é misturada com a captação do Vale das Maias e com aquela que resulta dos vários poços que estão em funcionamento. Se assim é, e se há elementos de contaminação que resultem das captações (não digo do Vale das Maias), mas das captações dos furos, a esse nível as análises são poucas; apenas 158 análises, o que me parece relativamente pouco ao nível do consumo. Espero que me possam explicar melhor como é que isto funciona e como é que as coisas se passam. Depois dizem lá que a Iperágua procedeu nas captações, a 3 análises, a hidrocarbonetos! Ora, não sei se se descobriu petróleo no concelho de Aveiro ou se há presença de hidrocarbonetos ou se é dos fósseis!?

Controle analítico das águas residuais. Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um desfasamento de alguns meses entre o momento em que é efectuada a análise da recolha das águas que saem das Etar's e o momento do resultado dessas análises. Há um atraso de 2, 3 meses; parece-me exagerado, não sei se há justificação técnica para isto, mas parece-me inadequado. Quer dizer, se houver falha de funcionamento de uma Etar que produza águas que não estão conforme às

normas que devem obedecer, só passado 2 meses é que há conhecimento dessa situação. Portanto, devia haver medidas para alterar isto.

Por último os STUA. Temos vindo a assistir ao longo dos últimos tempos a uma redução do número de passageiros, a uma redução do número de carreiras, a uma redução do número de quilómetros feitos pelos STUA; seria de esperar que houvesse um decréscimo idêntico em todas as áreas. Mas há uma área que não está a decrescer, está a subir. É nos acidentes da responsabilidade dos STUA. Em 1997 aconteceram 35 acidentes; em 1998 aconteceram 46 acidentes; e este ano, só no 1.º trimestre 13! O que estatisticamente aponta para 52. Portanto não me parece que quando há menos carreiras, menos quilometragem, que os acidentes aumentem. Portanto, alerta no sentido de serem tomadas medidas correctivas ou de formação, que alterem esta tendência anacrónica dos STUA.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Boa tarde Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia. Eu começaria por avisar que esta intervenção vai ser uma intervenção diferente de todas as que houve, que bem ou mal tenho produzido nesta Assembleia, porque é uma intervenção para benizar (como dizem os nossos irmãos Brasileiros) esta Câmara Municipal. É um termo que me irrita, mas achei apropriado. Dar os parabéns porquê? Em 1.º lugar por esta catadupa de visitas importantes, que obviamente conferem importância à nossa Cidade. Não em vão que todos estes Ministros e Secretários de Estado nos visitam. É para demonstrar que o Governo Socialista apostou na obra feita no concelho de Aveiro e assim, começava por agradecer ao Ministro das Obras Públicas o IC1 (já aí está), a duplicação do IP5; (bandeiras que foram do Partido Socialista e do PSD) mas para agradecer penhoradamente o bem que essas visitas trouxeram em termos de obra feita à nossa cidade e concelho.

Agradecia também ao Ministro da Economia a sua visita, a sua deslocação, e o mais Estado e o pior Estado que nós temos. Porque também é uma reivindicação antiga das gentes deste concelho, de grande produtividade, que gera riqueza como <poucos concelhos neste país o fazem, que dá trabalho, era talvez altura de levantar a bandeira Sr. Presidente da Câmara (que os Catalães levantaram há uns tempos atrás), para que a riqueza que aqui é gerada, pelo menos parte dela, aqui ficasse e aqui fosse investida em obras que beneficiem quem cá trabalha e que são justas que aqui se realizem.

Ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território, também agradecia esta visita VIP, e o empenho que demonstraram no pós derrota da Regionalização, em descentralizar, em adequar as CCRs. às potencialidades dos concelhos e dos distritos e mais uma vez proporcionar às gentes que aqui vivem as condições que necessitam. Como todos estes Senhores vêm citados na Comunicação do Sr. Presidente, eu gostava de saber o que é que eles vêm fazer a Aveiro? O que é que cada um destes Senhores aqui veio dizer sobre obras para Aveiro, para as gentes de Aveiro? Porque a mim não me diz nada mais uma visita do Eng. João Cravinho, quando o IC1 continua completamente parado. A mim não me diz nada. Mais uma visita o Eng.º João Cravinho, quando ouvi o Presidente da Associação Industrial de Águeda hoje na rádio dizer, que já tinha várias vezes interpelado o Sr. Ministro no sentido de se alterar o traçado do IC1 para poder beneficiar a população empresarial de Águeda e Aveiro, e nenhuma resposta foi dada! O Ministro da Educação nem sequer cá veio. Porque é que ele viria - a autonomia Universitária continua como está, a reforma do sistema educativo continua como está; o que é que ele vinha cá fazer? Daí eu agradecer as visitas destas altas individualidades, mas ter de claramente afirmar, que essas visitas em termos de obra nada trouxeram para o concelho de Aveiro.

Esta intervenção serviria também para dizer que não surpreenderia também (no seguimento do meu colega de bancada Jorge Nascimento), que esta Câmara tenha adoptado como linhas estratégicas suas projectos que vêm de trás; não me surpreende porque eles são bons projectos. E creio que a população de Aveiro terá de agradecer a este Executivo o ter dado continuidade a projectos que vêm de trás, projectos esses que não foram possíveis de implementar muitas vezes por simples bloqueio de quem acima decidia e tinha o Poder. E não me surpreende, porque também eu assisti àquela monumental feijoada na Ponte Vasco da Gama, para inaugurar uma obra que não era deste Governo Socialista. Se calhar vamos ter de fazer uma monumental fritada de peixe aveirense para festejar o levantar dos muros da ria. Mas essa obra também não é deste Executivo, como o Dr. Filipe Brandão quis assumir; não é. A obra estava adjudicada, os Srs. sabem bem. Não atirem areia para os olhos das pessoas. É obvio que demorou tempo, mas perguntem à JAPA, à então JAPA, porque é que essa obra demorou mais tempo!? Se calhar com a queda do J e passagem a APA, as coisas com este Executivo estejam mais facilitadas em termos de relacionamento; ainda bem que assim é. Pode ser que venha por aí a concretização dum velho sonho dos munícipes de Aveiro e do anterior Executivo, como seja a municipalização dos canais urbanos da Ria. Se a Câmara conseguir concretizá-lo eu tirarei a minha chapelada novamente. E, uma coisa eu garanto meus Senhores, a bancada do Partido Popular nunca permitirá que os méritos que o Partido Popular teve e ainda vai tendo na gestão desta cidade durante vinte anos, que foram continuamente sufragados pelo povo e com maiorias esclarecedoras até dezembro de 97, esses méritos, não podem ser escamoteados.

Já agora, gostava de saber, sobre aquilo que o meu colega de Assembleia António Salavessa aqui abordou sobre os inquéritos públicos, sobre o conhecimento que esta Assembleia tem ou não tem, sobre o conhecimento que tem do que se vai passando na gestão do município. Eu gostava de saber, Sr. Presidente da Câmara, se importaria muito de trazer ao conhecimento desta Assembleia, aquilo que na sua Comunicação assume como tendo sido aprovado, que é a planta de implantação do Plano de Pormenor do Centro. É algo que nós entendemos no PP, que esta Assembleia já devia saber das obras que estão a projectar em frente do Centro de Congressos; seria no mínimo eticamente aconselhável ou moralmente digno esta Câmara fazer. Não apenas escrever que foi aprovada a planta de implantação do Plano de Pormenor do Centro, mas mostrar essa planta. E nós não a conhecemos! Será que aquilo que eu várias vezes alertei nesta Assembleia, é o que está a acontecer? Será que o Plano de Pormenor do Centro, vai ser um fato feito à medida, para o Poder discricionário em termos urbanísticos, que esta Câmara pretende ter para si própria? Se assim for, a amostragem dessa planta de implantação claramente põe a nu tudo isso. Se assim for, esta Câmara encomendou o Plano de Pormenor daquilo que quer fazer ali, contrariando tudo aquilo que são os princípios básicos do planeamento urbanístico. Foi aqui dito que havia uma profusão de Planos de Pormenor que era impossível esta Câmara gerir a execução e que portanto tinha de optar; por quais ainda não se sabe. Optou em que medida? Ainda não se sabe. Optou com que critérios? Ainda não se sabe. E esta é uma questão claramente fulcral para o desenvolvimento desta cidade. Diz aqui: ...o Plano para a zona da Lota e do TER-TIF. Que plano é este!? Ficaria bem ao Executivo mostrar, dizer, falar, que têm um plano para aquela zona, o que pretende fazer naquela zona.

Sr. Presidente da Mesa, caros colegas, (e com isto termino) eu desta Câmara não estou à espera de grande esclarecimento público (é com tristeza que o digo), aliás, eu e muitos outros Aveirenses já nos habituamos a que esta Câmara ponha esta Assembleia e a Cidade perante factos consumados. É isso que vai acontecer com o Lago na frente do Centro de Congressos. É isso que vai acontecer com os Planos de Pormenor que optou em detrimento de outros e que abandonou. É isso que tem acontecido. Ao menos Sr. Presidente da Câmara, uma palavra de vez em quando a nós que fomos eleitos para fiscalizar a actuação deste Executivo. Essa palavra exigiremos sempre. Relembro também, na última Assembleia, que interpelado por mim, o Sr. Presidente da Câmara apresentou um balancete do Aveiro Basket, e pergunto muito

directamente se a sociedade do Aveiro Basket não está tecnicamente falida e que precisa de uma injeção de dinheiro, que não vejo quem possa fazê-lo senão a Câmara Municipal, de aproximadamente 20 mil contos. Se isto é ou não verdade? E se é, o que pretende a Câmara fazer nesta situação. Muito Obrigado.”

Entretanto deu entrada na sala a Vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, alguns pontos que eu queria focar já foram levantados e, portanto, em termos de não demorar os trabalhos desta Assembleia vou reduzir a minha intervenção um pouco.

Em primeiro lugar, clarificar aqui um ponto que me parece deve ser apenas um engano e que pode esclarecer. A propósito da alienação da Escola Superior de Saúde que é citada aqui na Comunicação. Na reunião de 8/04/99 da Câmara Municipal, tem apenso uma informação técnica DPGP, que fala da Escola Superior de Enfermagem e um mapa da Escola Superior de Enfermagem. Eu admito que deva ser erro. Mas é bom que fique claro se temos Escola Superior de Enfermagem ou Escola Superior de Saúde.

Segundo ponto que eu queria citar é o seguinte: queria cumprimentar o Dr. Filipe Brandão, porque de facto ele tem coragem. Porque para dar apoio à Câmara e às perspectivas do PS, vir aqui fazer uma manifestação dum provincianismo, não lhe fica bem e nem é seu apanágio. Ele facto assume e fica embebedecido com a vinda de tantos Senhores até cá.

Eu devo dizer com respeito a este assunto, não é muitas vezes e já que algumas vezes isso acontece, que estou plenamente de acordo com o Sr. António Salavessa. Porque é evidente que se vem cá muita gente é porque Aveiro tem uma clara importância no contexto nacional. A importância de Aveiro não pode resultar obviamente de um ano e quatro meses, que é o tempo que este Executivo está de facto a exercer a sua acção, com certeza que isso tem de vir do passado não é de hoje. É evidente e muito certo o que é dito, que se isso sucede resulta do mérito dos Aveirenses e do apoio dos Governos anteriores.

Outro aspecto que me parece de importância avaliar é o seguinte: de facto têm andado muitos Ministros por aqui a passear, e eu devo dizer que o que o Sr. Presidente da Câmara diz na sua Comunicação está perfeitamente correcto, porque o que diz é a manifesta hospitalidade de Aveiro, não diz que eles vieram fazer qualquer coisa. De facto nós somos hospitaleiros, longe de mim sugerir que se mandem embora os Ministros. Vamos dar ovos moles, enguias, outras coisas, pois de facto somos hospitaleiros; é o que ele diz, não diz mais do que isso.

Já agora, que vem tanta gente cá, não seria bom convidar a Sr.^a Ministra da Saúde para talvez dar uma mãozinha no Hospital de Aveiro, porque ainda hoje foi noticiado de que o Serviço de Urgência de Pediatria do Hospital Distrital de Aveiro fechou por falta de médicos! Era bom que cá viesse mas para resolver os assuntos, não é só para receber a nossa hospitalidade. Depois, outra questão que eu gostaria de avaliar é se depois de tanta visita era comparar as transferências de verbas do Governo Central para esta Câmara, com Executivos anteriores. Gostava de saber se da facto houve alguma eficácia na vinda dos indivíduos. Aliás, esta ideia da gente do PS andar por aí a circular muito e fazer show off é típico. Repare-se na Assembleia da República os Deputados do Distrito de Aveiro terem proposto uma verba para a muralha fluvial de S. Jacinto e isso ter sido chumbado pelo PS.

Portanto verificamos que o que é importante é vir cá um Sr. Ministro dizer que vai dar dinheiro para isso...

Vogal Filipe Brandão:

“ Seja sério, porque também é preciso. V. Ex.^a sabe que foi chumbado porque não tinha cabimento naquela verba...”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, diz-me se faz favor se eu devo continuar ou não? Repito, propunha-se para o orçamento do PIDDAC o dinheiro para a muralha de S. Jacinto; foi chumbado pelos Deputados do PS e do PCP. É claro que agora vai ser mais bonito o Sr. Ministro vir cá agora e dar dinheiro.

Finalmente, só dizer que na verdade depois do Congresso de Coimbra o PSD de Aveiro saiu muito mais reforçado, e quero dizer a todos que se eventualmente houver algum interesse de defender alguma questão de Aveiro no âmbito do Concelho Nacional do PSD, agora temos um conselheiro nacional eleito, pelo concelho de Aveiro, que não existia antes; que sou eu com muito gosto. Quero ainda dizer que reparo com algum sorriso que as pessoas estão já com tanto receio em certas coisas que pareciam certas, que até já se começa a falar para o cabeça de lista para as europeias do PSD, quando ele de facto descascou muita bem no cabeça de lista do PS.”

Vogal Filipe Brandão:

“O Sr. Prof. Britaldo revela com esta sua intervenção a profunda incomodidade que sente ao ver que é incontornável e incontestável o tratamento que Aveiro tendo vindo a merecer do Governo Central. E permito-me pegar onde V. Ex.ª me cortou. Porque é evidente e incontestável que Aveiro foi marginalizado pelos Governos do PSD. E, deste Congresso do PSD, entre outras coisas, emerge a figura do ex-Ministro Valente de Oliveira promovido a membro da Comissão Política Nacional. O ex-Ministro Valente de Oliveira foi responsável por uma lógica de desconcentração administrativa bidireccional, que se traduziu para desgosto de todos os Aveirenses numa lógica de desvalorização periférica para Aveiro em favor de outros pólos urbanos designadamente de Coimbra. Isso está expresso em livro, não é um alvitre. E, a sua recente promoção no PSD, não é mais que caucionar pela nova direcção essa política que nós já pensávamos afastada.

Também registo, já que o Prof. Britaldo refere o seu 20.º lugar no Conselho Nacional do PSD, registo também que o PSD de Aveiro foi “barrido” dos órgãos de direcção nacional, designadamente foi afastado da Comissão Política Nacional, a distrital do PSD não risca nada neste momento no PSD apesar de se terem deslocado para Coimbra de “peito feito” dizendo que eram a 3.ª distrital do país.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Na verdade devo dizer o seguinte: neste momento e aqui, estou preocupado com o concelho de Aveiro, esta é uma Assembleia Municipal do concelho de Aveiro e estou a limitar-me a debater assuntos deste concelho. Quando saiu deste concelho estou a extravasar claramente as competências. E no âmbito do concelho de Aveiro, o que quero significar é que não existia no Conselho Nacional do PSD nenhum membro eleito e agora existe. É nesse aspecto que eu digo que o concelho de Aveiro saiu naturalmente reforçado. Era o que estava a dizer e repito.

Quero ainda dizer, citando o Prof. Valente de Oliveira, que era um conhecido regionalista que tínhamos no PSD, quero dizer claramente que o que prejudicaria o distrito de Aveiro e a cidade de Aveiro, seria evidentemente a proposta do PS para uma regionalização que de facto não venceu devido à força da população do distrito de Aveiro e de todo o país, mas de qualquer forma essa é que era a proposta do PS. E aí é que íamos de facto perder muito, felizmente conseguimos evitar.”

Vogal João Barbosa:

“Pois é, nós estamos na Assembleia Municipal do concelho de Aveiro e muitas vezes, penso eu de que, isto parece a segunda edição dos “Donos da Bola”.

Para me referir à Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, eu começo por ver aqui e muito bem «pedonizar a rua Direita». Mas, eu questiono o seguinte: será mesmo para peões? É que a

este respeito nós temos o seguinte: a Praça do Peixe e a Praça Joaquim de Melo Freitas são zonas pedonais, mas muitas vezes tem que se ter cuidado quando se passeia naquelas zonas. É que constantemente os carros atravessam as Praças a altas velocidades, o que torna perigoso andar a pé naquelas zonas.

Eu já tenho chamado à atenção do Sr. Vereador e ele tem feito o favor de telefonar à Polícia. Eu já contei na Praça do Peixe 27 carros estacionados. E eu pergunto: para quando o fecho destas Praças aos automóveis?

Da mesma maneira chamava a atenção do que passa na Praça Manuel Firmino. Não se pode andar nos passeios nem nas ruas. Estaciona-se de qualquer maneira e sem respeito por ninguém e no entanto existem a 50 metros dois parques que estão sempre vazios.

Sobre a construção da nova Escola de Ensino Básico nas Agradas do Norte, que foi adjudicada para começar a funcionar no próximo ano lectivo, eu neste caso gostava que não houvesse dúvidas e que comesçasse a funcionar mesmo.

Gostava de me referir também ao estacionamento da lancha “panorâmica” no canal Central. Sr. Presidente da Câmara, aquele atracamento não beneficia nada a imagem do ambiente naquela zona. E da maneira como está atracada aos três moliceiros menos ainda. É bom de referir que agora dá gosto olhar para os canais e para as margens.

Gostava também de referir que o Sr. Presidente da Câmara, na última reunião, sobre os Planos de Urbanização, aos senhores da Fapril que estiveram aqui, informou que o Plano daquela zona estava em situação de ser aprovado! Como não fomos considerados para trocar opiniões sobre o mesmo, pois o mesmo encontra-se dentro do espaço da freguesia da Vera-Cruz, se não for pedir muito gostaria pelo menos de o conhecer antes de ser presente a esta Assembleia.

Já agora sobre os Serviços Municipalizados. Fazem-se realmente muitas análises à água, mas o que é estranho é que a água continua má e muito cara!?”

Vogal António Vinagre:

“Muito Obrigado Sr. Presidente. Gostava também eu de me referir ao Congresso do PSD, e uma palavra de apreço ao Dr. Filipe Brandão por ter falado nisso. Realmente foi um acontecimento que marcou o fim de semana passado, especialmente por ter sido encontrado o futuro Primeiro Ministro.

Depois, queria referir-me ao Boletim Municipal que foi distribuído com data de Dezembro de 97, que na abertura tem assinado um artigo pelo Vereador Jaime Borges, que na altura não era, e no final tem o calendário de feiras de 98. Fica o nosso agradecimento.

Depois queria manifestar-me contra a mudança de instalações da Protecção Civil para Taboeira. Como devem perceber as saídas que a Protecção Civil tem é na cidade, isto sem ter menos consideração pelas freguesias rurais, mas eu penso que deveriam ser melhoradas as instalações mas deviam continuar na cidade.

Ainda no âmbito da Protecção Civil, eu gostaria de saber o que é que o Sr. Presidente pensa sobre o edifício da antiga Legião, que está em ruínas, tem lá uns andaimes à volta mas caso venha a ruir aqueles andaimes não servem de nada. Gostaria de saber se está à espera que caía para poupar o dinheiro da demolição ou se realmente pretende fazer alguma coisa daquele edifício.

Também lamentar que os Bombeiros desta cidade continuem a servir de porteiros da Feira de Março. Continua a verificar-se essa situação. Porque não colocar lá os elementos da Protecção Civil? Depois dar os parabéns ao Sr. Presidente porque se tem aplicado. Inclusive até no 25 de Abril escreveu a sua Comunicação e esteve à espera do fogo de artifício para escrever a sua Comunicação; certamente já a escreveu no dia 26, o que priva que trabalha madrugada dentro. Depois lamentar, porque a Câmara foi convidada para o jantar de homenagem ao Sr. Comandante César dos Bombeiros Novos e sem ter dado qualquer justificação não se ter feito

representar sequer, sobre tudo na homenagem a um homem que tanto tem feito pela segurança dos Aveirenses. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Serei particularmente breve. Só para felicitar o Executivo pelo arranque da pista de velocípedes e também para perguntar ao Sr. Presidente se a pista vai ser extensiva a todo o concelho? Porque parece-me a mim que é importante construí-la aqui na cidade, mas os munícipes das freguesias rurais utilizam muito mais se calhar a bicicleta como meio de transporte e as estradas são mais bem perigosas. Se um indivíduo quiser sair da Quinta do Picado para Aveiro de bicicleta, passa ali um mau bocado a passar na nacional 335.

Em segundo lugar, para dizer que estranhei uma intervenção da bancada do PP, onde se falou esporadicamente de Planos de Pormenor e tanto quanto pude apurar, em 20 anos o anterior Executivo apenas produziu dois Planos de Pormenor plenamente eficazes. Certamente que os Aveirenses não esquecem que o ex-libris do planeamento do Executivo CDS é o bairro Forca-Vouga. Obrigado.”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente, vou tentar ser sintético. Em primeiro lugar sobre a pedonalização da Rua Direita e da pista que temos idealizada, justamente a opção foi fazê-la onde ela é mais difícil. Partimos do princípio se a fizermos no sítio onde é mais difícil o sistema iria funcionar. Porque as outras pista são relativamente fáceis de fazer, mas o sistema não funcionaria com a abrangência e com a popularidade que nós queremos que ele tenha se não estiver no “coração” da cidade. E é de facto algo usado porque vamos sacrificar algum estacionamento e foi preciso encontrar soluções que não são as de “ciclocross” que invocou, mas aproveitando para explicar, nessa parte do túnel o que irá ser feito é a instalação de umas calhas, que naturalmente as pessoas terão de desmontar da bicicleta e ir com os pneus nas calhas e depois tornar a subir. Do outro lado haverá um elevador para deficientes. Portanto, penso que o sistema foi bem concebido e bem equipado nesse túnel. A outra que também já aqui foi referida é a pista da água. Depois de terminadas as obras de reconstrução dos canais, vamos construir uma pista que margine os canais urbanos que irá desde o Rossio e mais tarde desde a Lota até à fábrica Campos uma vez concluídas as obras do Lago.

A velha questão do investimento não ser comparável ao que se está a fazer nas freguesias. Não se pode comparar aquilo que não é comparável. O objectivo de nenhum executivo creio eu, pode ser o de igualizar o nível de desenvolvimento urbano que existe nas freguesias rurais. Interessa que nas freguesias não urbanas se faça os investimentos necessários para que as pessoas se sintam a viver bem de acordo com padrões de qualidade de vida que têm direito exigir e que não correspondem necessariamente a investimentos que tem de ser feitos na zona mais central. O nossa forma de ver o concelho é que ela tem de crescer harmoniosa e equilibradamente, tirando partido da sua heterogeneidade, não nivelar tudo por cima nem por baixo, por isso seria um completo irrealismo.

É necessário ter um bom abastecimentos, uns bons acessos, bom saneamento, oferta de habitação, oferta de equipamentos sociais, polidesportivo em todas as freguesias, isso estamos de acordo. Mas como sabem, quando foi a discussão do Plano de Actividades, há grandes equipamentos que estão a aparecer e que não estão na Glória nem na Vera-Cruz. Estão em Santa Joana, estão N. S.ª Fátima, estão em Taboeira/Azurva, etc. Portanto, queria relativizar isso mais uma vez, porque acho que não podem comparar as coisas dessa forma.

O Dr. Neto Brandão, questionou-me acerca da conclusão do parque de estacionamento na Marquês de Pombal. Bom... nós pensamos que a obra possa começar nas próximas semanas e se me recordo o prazo de conclusão dessa obra que irá disponibilizar 440 lugares por baixo da Praça Marquês de Pombal, em frente ao Paga-Pouco ficará para a segunda fase depois de

chegar a acordo com o Governo sobre o tipo de edifícios públicos que vão ali nascer e sobre a utilização do subsolo. A cautela que tomamos já, foi que a empresa que vai construir na Marquês de Pombal tem que tecnicamente apresentar uma solução que permita depois a ligação subsequente. Portanto, lá para o fim do ano 2000 devemos ter um novo parque de estacionamento.

Depois o Sr. António Salavessa colocou várias questões, nomeadamente sobre a visita dos governantes. De facto, fico muito satisfeito que Aveiro possa receber contiguamente os nossos governantes. E, fico muito mais satisfeito quando essas visitas se traduzem na concretização de projectos importante e no financiamento de outros; e quando isso não acontece são sempre oportunidades para serem sensibilizados para as nossas carências, para as nossas ambições. Portanto, dou sempre por bem-vindas as dessas entidades. Por exemplo o Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia trouxe para Aveiro um financiamento a fundo perdido de 737 mil contos; o Sr. Ministro João Cravinho trouxe para Aveiro um financiamento a fundo perdido de 110 mil contos para a recuperação do edifício dos Paços do Concelho; o Ministro Carrilho que trouxe 150 mil contos para o Teatro Aveirense e que vai trazer mais 200 mil contos para a recuperação; através da Direcção Geral Autárquica são mais 55 mil contos para a pedonalização da Rua Direita. Eu estou de acordo com o que aqui foi dito - Aveiro é uma cidade muito dinâmica, tem empresas muito dinâmicas e muitas vezes os Ministros vêm cá não é propriamente para coisas que tem a ver com a actividade autárquica, é para coisas que tem a ver com a economia local que tem de ser devidamente reconhecida. Como sabem recentemente nos estaleiros aqui em Aveiro foi construído um navio de investigação oceanográfica, que foi o primeiro no país. O Sr. Secretário de Estado da Indústria, deixa em Aveiro um investimento de 300 mil contos para o Centro Incubador de Empresas; e têm de deixar muito mais, fiquem descansados. Há investimentos muito importantes que não podem falhar e, portanto, estou muito satisfeito que eles cá venham.

Sobre os inquéritos públicos a propósito dos Regulamentos. Nós de facto, também tivemos essa dúvida sobre a forma de fazer para que a discussão seja real, até porque é o tipo de Regulamento que interessa que toda a gente conheça, participe, critique. Todos os Srs. da Assembleia Municipal receberam a acta em que se aprovou esse Regulamento. Logo por aí a Assembleia ficou informada. Depois fizemos aquilo que a Lei nos manda que é publicar em Diário da República, que é o veículo oficial de divulgação destas coisas, além disso foram enviados cerca de 20 ofícios a entidades que reputamos poderem estar eventualmente interessadas nesta discussão. Portanto, fizemos um período de inquérito público (penso eu) suficiente para aquilo que se visa, que é ter contribuições úteis e que possam melhorar a feitura desse regulamento. Outro que temos para enviar para inquérito público é o relativo às Obras.

A Capitania. Estou de facto preocupado com a Capitania, continuo preocupado. Acho que as obras da Capitania pararam, por razões financeiras - ao que me dizem. Haverá um problema que terá de ser resolvido, aparentemente associado ao tribunal de contas; no entanto faremos toda a pressão para que essa obra chegue a bom termo, porque é de facto uma obra emblemática. Recordo que a obra começou em Março do ano passado e a verdade é que os prazos que tinham sido apontados, já não podem ser respeitados, porque a obra já parou há algum tempo. Portanto esses prazos que se previam inicialmente, que salvo erro eram de dez, doze meses, estão já ultrapassados e claramente.

O barco no Canal Central. Pois eu gostava muito de já ter, não vos escondo, jurisdição sobre os canais urbanos, para poder ter a competência para licenciar ou não, o tipo de embarcações que podem circular nos canais e em particular nos canais centrais; isto por um lado. Por outro lado, eu acho que dentro de certos limites, que nós também não somos os donos do gosto (eu posso dar a minha opinião pessoal - também não gosto muito), mas acho que se vamos valorizar os canais centrais e urbanos, como deve ser, temos também que ser muito exigentes ao nível do

design dos barcos que vão poder circular naqueles canais, porque é a nossa sala de visitas e se queremos fazer turismo a sério nessa parte, penso que há um percurso a fazer.

Enfim, mas temos que respeitar a louvável iniciativa da actividade privada que avançou e outras que se seguirão e se calhar ela própria terá oportunidade de ir corrigindo as coisas menos boas que agora apareceram.

O protocolo do Salgado, que é de facto um protocolo para a recuperação do Salgado Sul e é um protocolo muito importante, foi assinado entre a Câmara Municipal de Aveiro, a Câmara Municipal de Ílhavo, a Universidade de Aveiro, a então Junta Autónoma do Porto de Aveiro e a Direcção Regional do Ambiente e visa concertar esforços e desde o início com o Ambiente, para que toda a zona que vai entre a rua da Pêga e o IP 5 e o canal da Gafanha até Ílhavo, possa vir a ser recuperado, para termos ali um parque náutico, mantendo as actividades tradicionais que ali se desenvolvem; portanto: o Sal e as Pisciculturas, percursos pedonais, apoios para os barcos, etc.

O protocolo está firmado, as partes estão interessadíssimas em que esse protocolo esteja em fase de projecto, para poder ser candidatado ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, acontece que como achamos que é de facto um projecto muito importante, combinámos todos fazer uma conferência de imprensa num destes dias, para o apresentar com o relevo que achamos que ele merece. E é só essa a razão, com toda a franqueza, porque eu não o incluí na Comunicação.

Depois sobre a análise da água e dos hidrocarbonetos. Era bom que tivéssemos descoberto petróleo; infelizmente penso que as informações que o Eng. Canas vai prestar vão mostrar uma coisa diferente, não é bem o petróleo que foi descoberto.

Depois a intervenção do Sr. Deputado Diogo Machado. Sobre as visitas acho que já disse, se quiser não me importo de fazer coro consigo na tristeza que tenho em ver o IC 1 a atrasar-se e ver o IP 5 a atrasar-se. Acho que nestas coisas podemos todos falar a uma só voz; são investimentos estratégicos para o desenvolvimento para Aveiro. Seja qual for a sensibilidade e seja qual for o governo, são investimentos em que todos os atrasos nos prejudicam; prejudicam a economia desta Região no atravessamento entre Estarreja/ Ovar/Ílhavo, no caso do IC 1; prejudicam o Porto no caso das importações e exportações para o centro de Espanha e portanto, tenho pena que não tenham sido dados passos mais rápidos.

Sobre a recuperação dos muros, eu já tive aqui oportunidade de dizer aqui: eu não gosto de chamar para mim méritos que não são meus. Já o disse e é verdade, e o Prof. Celso confirma - o contrato para o Tribunal de Contas, ainda estava na minha secretária quando eu tomei posse. Ainda não tinha sido enviado o contrato. Estavam os financiamentos assegurados - é verdade, mas o contrato ainda fui eu que o assinei; está lá no Tribunal de Contas; de facto foi assim mesmo.

E também é verdade aquilo que disse o Filipe “os muros estiveram caídos quatro anos e não houve capacidade de resolver isso durante quatro anos”. Portanto o seu a seu dono, os muros caíram, durante quatro anos não se levantaram. As soluções estavam de facto encontradas, mas só se concretizaram ... de facto, nesse aspecto tive alguma sorte, porque encontrei o processo pronto a andar. Andou (felizmente) a obra correu bem e não parou, e não vai parar porque penso que temos que avançar para a segunda fase dos muros da Ria.

Depois sobre a planta de implantação do PP do Centro. Eu queria dizer que o seguinte: nós não temos aqui, não há aqui nenhuma postura de subtrair o que quer que seja à competência da Assembleia Municipal. O que eu acho é que, tal como a Assembleia Municipal tem o dever e a obrigação e o direito de exercer na plenitude dos seus direitos (e o direito é o de aprovar o Plano de Pormenor), não pode é censurar à Câmara, que esteja a exercer as suas competências. E é da competência da Câmara - com os seus técnicos - aprovar as plantas de implantação dos Planos que vai submeter à Assembleia Municipal. Porque como imagina são questões muito técnicas, que exigem uma reflexão serena, difícil, complexa por parte dos técnicos, após muitas

sessões de trabalho, não podem ser analisadas do ponto de vista técnico (digo eu), aqui na Assembleia Municipal.

Portanto, nós estamos a exercer as nossas competências, a Assembleia vai exercer as suas no momento próprio. E de resto esta planta de implantação do PP do Centro, já aqui foi apresentada não há segredo nenhum sobre ela, em várias circunstâncias e portanto, os esclarecimentos têm sido prestados numa base informal, é certo, mas estamos a respeitar as competências da cada entidade nesta matéria.

Depois quanto aos Planos de Pormenor; eu penso que o Sr. Deputado Diogo Machado, talvez não estivesse na última sessão presente na sala quando eu dei a resposta, porque de facto eu esclareci isto: nós no conjunto dos vinte e oito ou vinte e seis PP, eu disse com toda a clareza, quais eram aqueles que tínhamos privilegiado, com que critérios e qual era o ponto de situação de cada um deles.

Em relação à zona da Lota/TIR-TIF, o nosso esforço agora, vai ser de articular um plano que temos que fazer, com os estudos que estavam a ser feitos pela JAPA (porque a JAPA estava a fazer os seus próprios estudos) e nós tínhamos feito os nossos próprios estudos no quadro da “Europa dos Pequenininos” e descobriu-se que do ponto de vista regulamentar, tem que existir um Plano de Pormenor; e se tem que existir um Plano de Pormenor é óbvio que os estudos que ambas as partes estavam a fazer lateralmente, têm que ser integrados para que haja só um.

O Aveiro Basket. Não quero fugir à questão, mas não tenho mais nada a acrescentar. Admito que nesta fase, é uma fase em que a época desportiva está a terminar e portanto, penso que até ao fim do próximo ano há todas as condições para que novos patrocínios apareçam e que o ano desportivo se equilibre. Dizem-me que é perfeitamente normal os números a que se chegam agora; eu acho aliás que precisa de mais do que vinte mil contos. A época do Basket, pelos números que eu ouço, custa muito mais.

A Câmara não entrou com mais dinheiro do que aqui disse, embora (e aqui falo pessoalmente), eu acho que a Câmara não lhe ficaria mal apoiar mais: porque se aparece Aveiro na camisola em todos os jogos; não sei se viram agora os jogos do “play off” a publicidade que passa - Porto/Maia por exemplo, é muito forte e portanto, se nós tivermos ali o nome de Aveiro nas camisolas isso é um patrocínio que vale a pena.

Mas espero que a sociedade aveirense se saiba capaz de compreender isso e portanto, que a lógica meramente comercial funcione. E portanto, continuo optimista em relação à viabilidade do projecto.

Ílhavo foi capaz de com bons patrocínios, chegar à final - com a Vista Alegre e com a Teka. Aveiro vai conseguir encontrar aqui no concelho, patrocinadores capazes de atingir o mesmo objectivo.

Presidente da Mesa:

“Sr. Presidente, permita-me lembrar-lhe que já duplicou o tempo regimental.”

Presidente da Câmara:

“Eu vou acabar já, Sr. Presidente. Foi gralha certamente do Sr. Prof. Britaldo, a história da Escola Superior de Saúde. O terreno é efectivamente para a Escola Superior de Saúde, não para a da Enfermagem.

Na sequência da reformulação do projecto da Escola Superior de Enfermagem em Escola Superior de Saúde, a Câmara deliberou e bem, penso eu, não doar esse terreno à Escola Superior de Enfermagem, mas para o projecto da Escola Superior de Saúde e portanto, doa-lo à Universidade. As entidades são diferentes: num caso seria o Ministério da Saúde e neste caso será à Universidade.

O Sr. Barbosa perguntou-me sobre a Praça do Peixe e sobre a falta de policiamento. Eles andam por lá, às vezes não andam fardados, mas não é suficiente para impedir os carros que entrem - a solução aqui do Feio é melhor, tem que se colocar aqueles obstaculozinhos.

A Escola das Agras. Neste momento não lhe posso garantir que abre, mas está tudo preparado para que assim aconteça.

A lanca já falámos. O PP de Sá-Barrocas acho que o Sr. Presidente da Junta já está informado numa base informal do que tem vindo a acontecer e agora na fase das consultas vai ser formalmente requisitado.

Depois o Sr. Deputado Vinagre: o edifício da antiga Legião, é um edifício privado, para o qual existe um projecto. Prevê-se que seja recuperada a casa Manuel Firmino, mantida a casa de Manuel Firmino e a casa das Quatro Estações, que são os dois imóveis mais marcantes daquela zona, o resto será objecto de uma transformação. De facto já foi à Câmara uma primeira viabilidade e estamos à espera que vá o projecto para ser então devidamente apreciado.

Quanto aos bombeiros, eu devo dizer e quero dizer publicamente que de facto houve um lamentável desencontro, porque de facto eu sabia que não podia estar nesse jantar - pedi que me avisassem para a Direcção dos Bombeiros que não podia estar presente. Sabemos porque foi confirmado que o aviso foi feito à pessoa que estava a organizar o jantar; por qualquer razão que ninguém sabe explicar o recado não foi transmitido e portanto, ficaram de facto à minha espera durante um quarto de hora, quando eu tinha avisado que não podia ir; houve ali de facto uma lamentável falha de comunicação.

De resto Bombeiros e Feira de Março. O problema é que os Bombeiros estão muito interessados ainda (tanto quanto se sabe), em ter aquelas receitas da Feira de Março e portanto, vão para as bilheteiras naqueles dias, porque faz parte de um protocolo, um acordo a que em tempos se chegou, como forma de assegurar ali o controlo das entradas, uma vez que parte da bilheteira, em dois dias (que são os dois dias mais importantes da Feira), é directamente canalizada para os Bombeiros - é essa a razão.

Pedro Machado em relação às bicicletas; vamos devagar ... vamos de bicicleta mas vamos devagar. Nós temos outra pista que queremos accionar imediatamente à primeira, que é a pista da praia, que é a pista que é paralela ao IP5, resolvendo o problema ali do nó do Beira Mar, que se resolve porque já temos solução para isso, e portanto, a partir daí ficamos com uma ligação em bicicleta às praias, ligando depois à rua da Pêga, Universidade e por aí fora. Portanto, é a segunda pista que é muito fácil de implementar.

Para as outras freguesias, temos que confessar que ainda não está previsto. O que está previsto é no Eixo Estruturante haver também um canal para as bicicletas. E isso irá permitir então a ligação às zonas periféricas.

A mudança da Protecção Civil, pareceu, e uma vez que o espaço é muito grande lá e que tem boas condições e que neste momento a Protecção Civil está mal instalada, pareceu que o espaço tinha todas as características adequadas para uma boa e digna instalação da Protecção Civil; com a vantagem de estar mais central em relação a todo o concelho e portanto, o tempo de resposta ficaria mais equilibrado em relação a todos os pontos do concelho.

Mas isto digamos que não é uma decisão que seja irreversível, estamos a conversar com a Protecção Civil para avaliar isso.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, ao qual se seguiu um intervalo para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias, na qualidade de Presidente, pelo mesmo não estar presente, e secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo vogal João Pires da Rosa, na qualidade de Primeiro e Segundo Secretários respectivamente, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, António Ildebrando Nunes Costeira, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Jorge Carvalho Arroiteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, João José Ferreira da Maia, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Álvaro Patrício do Bem, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Rogério Mário Madaíl da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Manuel Simões Madaíl, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa, nos termos regimentais, suspendeu por cinco minutos a reunião para que os líderes de bancada se reunissem com a Mesa a fim de tentar conciliar a melhor data para a continuação dos trabalhos previstos para esta Sessão.

Passado este tempo, verificou-se desacordo quanto à melhor data para a continuação dos trabalhos, ficando os mesmo condicionados a nova convocatória a elaborar pelo Presidente da Assembleia.

PONTO N.º 2 - CÂMARA MUNICIPAL - RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA 1998.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal na reunião extraordinária de 30-03-99, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia Municipal e fazem parte do original desta acta em anexo.)

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado. O relatório foi distribuído, eu vou fazer apenas uma síntese daquilo que vem na introdução e dos pontos que me parecem mais relevantes.

De facto é o primeiro relatório em que se dá conta da actividade que desenvolvemos neste primeiro ano de mandato e naturalmente traduz isso mesmo; foi um ano de aprendizagem em que herdámos coisas boas, coisas menos boas. Tentámos simultaneamente lançar os nossos próprios projectos, dotarmo-nos dos meios humanos, técnicos, para os conseguir concretizar e chegámos ao fim com um sentimento de que não tendo conseguido tudo aquilo que era nosso objectivo, percorremos um caminho que nos deixa muito satisfeitos e optimistas em relação ao futuro. E vamos ver porquê.

Desde logo uma das grandes necessidades que foi identificada logo no início do ano, foi a necessidade de encontrar instalações condignas para os Serviços Camarários. Não conseguimos aí, é manifesto, atingir cem por cento dos objectivos a que nos tínhamos proposto; mas conseguimos algumas coisas muito importantes: conseguimos por exemplo, dotar os Armazéns Gerais de instalações novas, logo no primeiro ano; conseguimos encontrar verba e preparar o

projecto e adjudicar a recuperação do edifício setecentista dos Paços do Concelho (cujas obras devem começar - se tudo correr bem, no próximo dia treze de Maio).

Simultaneamente conseguimos encontrar uma solução transitória para desalojar os Serviços que têm que sair dali - através das obras que estamos a fazer no edifício fronteiro, no edifício cor-de-rosa, porque as Finanças após muitos anos de expectativa de facto libertaram o espaço que ali ocupavam.

O que não correu bem, como é evidente, foi o prazo em que nós pensámos que poderia ser possível ter negociado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no sentido de concentrar todos os Serviços no edifício onde nos encontramos. As negociações prosseguem, têm havido novas propostas, estamos agora a ponderar, a ideia não está posta de parte - tem vindo a fazer o seu percurso e continuamos a acreditar que será a melhor solução.

Em todo o caso gostava de vos poder anunciar hoje que, se não houver agora imprevistos de última hora, no fim desta semana, todo o edifício dos Paços do Concelho será desocupado, já só teremos a Sessão Solene no salão nobre e na semana seguinte os Serviços; as Obras Particulares passarão a funcionar no primeiro andar; a Secretaria no primeiro andar e um atendimento público já devidamente modernizado, no rés do chão, vidrado, que já é neste momento visível.

Além disso tivemos processos internos desagradáveis, mas apesar de tudo importantes, porque no mínimo constituíram um factor de moralização e da organização dos Serviços, que foi a sindicância aos Armazéns Gerais; o processo de averiguações no mercado Manuel Firmino, e o processo de reestruturação do Mercado Abastecedor. Foram procedimentos que são sempre delicados em termos internos e cujo desfecho está agora a chegar à sua fase terminal, uma vez que a sindicância já acabou há muito, como é sabido, só que subsequentemente à sindicância tiveram lugar os processos disciplinares e naturalmente houve que respeitar os direitos de defesa e as prevenções que foram muitas apresentados pelos advogados. Ainda relacionado com esta questão, não basta como se diz aí, ter boas instalações ou ter instalações apropriadas, era necessário modernizar os Serviços - isso é absolutamente fundamental e estamos a fazê-lo e encontrámos verbas para o fazer, no quadro Aveiro Digital, e por outro lado reestruturar carreiras, reestruturar o quadro de pessoal, por forma a permitir não só melhores perspectivas de realização profissional aos nossos funcionários, mas também fazer adequar os Serviços Camarários às novas realidades. Sobre esse ponto vamos ter ocasião de falar daqui a pouco quando analisarmos uma nova proposta para o quadro de pessoal com mais atenção.

Apesar deste esforço de reorganização interna, que foi de facto muito importante porque eram tudo problemas que se arrastavam há muitos anos, sem solução à vista, consegui-se fazer muita obra. Assim no quadro da requalificação urbana, eu queria destacar naturalmente os muros dos canais; a primeira fase está a concluir-se, a segunda já está candidatada e portanto também já há projecto para a segunda. Teremos portanto, todo o eixo da fábrica Campos até futuramente à Lota, bem como todo o canal de S. Roque, devidamente recuperados e valorizados.

A Eclusa também está a ser reparada - há cinco anos que não era reparada e portanto, julgo que teremos juntamente com as novas comportas no canal de S. Roque, a possibilidade de retomar o espelho de água constante; fechar todo o sistema à amplitude de marés e poder de facto ter um aspecto muito agradável.

Bom, não é mania minha, mas já agora falo no projecto de construção do Lago que se integra neste conjunto. O Lago foi um projecto que agradou a toda a gente; está neste momento a concurso - as propostas já foram abertas e se tudo correr bem deve ser adjudicado na próxima reunião de Câmara e pelas informações que temos poderá de facto estar pronto lá para Novembro.

As obras na Capitania já aqui hoje foi lembrado, foram iniciadas em Março; infelizmente o processo parou por razões a que somos alheios. Não posso deixar de lembrar que foi o ano em que se inaugurou o Fórum Aveiro - é um empreendimento de iniciativa privada, mas obviamente

em que houve quer do anterior Executivo, quer deste, um acompanhamento muito próximo, para resolver toda uma série de problemas, que foram parecendo como é natural num projecto desta envergadura. É uma obra que de facto todos reconhecemos, veio marcar definitivamente o centro de Aveiro e em especial o centro comercial e pedonal, e criar uma grande atractividade sobre a Cidade.

Depois resolvemos um problema que passou despercebido, mas que era o problemas das inundações no parque da Forca Vouga, por forças das construções que se fizeram e que alteraram completamente os canais normais de descargas de águas pluviais; a construção do bairro da Forca Vouga, certamente, mas também os arruamentos que se fizeram, se se recordam em três anos consecutivos houve enormes inundações naquela zona e houve portanto que romper toda a secção de vazão que estava por baixo da rotunda que ali existe, bem como o caminho de ferro da linha do norte. Penso que é um problema que está resolvido e que era absolutamente importante apesar de ser uma obra que não se vê.

Estamos a continuar, e utilizando o pretexto do campeonato do mundo se realizar no Pavilhão do Galitos; está a nascer um novo parque - também já se falou nisso; é um novo parque que vai fazer a ligação com o parque da Forca Vouga, através de uma ponte de madeira que permitirá o atravessamento para o lado de lá, com dois cortes de ténis, percursos pedonais, espelhos de água, eventualmente a multiplicação das estátuas que existem do outro lado e portanto, a entrada de Aveiro por esse lado vai ficar cremos que muito bonita, com espaços verdes, com zonas ajardinadas - é uma valorização evidente.

A rua Direita, já aqui foi hoje falada, não vou tornar a falar nela, mas não há dúvida de que era uma velha ideia e que finalmente está em obra.

No capítulo desportivo a actividade foi intensa e permitam-me destacar as obras que fizemos no estádio Mário Duarte, que está como nunca esteve - bonito e funcional, como nunca esteve; além das cadeiras, das zonas dos balneários, do posto médico, da zona da imprensa ... penso que está um estádio adequado, ao "estádio" em que nos encontramos neste momento, que não é famoso em termos desportivos.

Outro campeonato do mundo que se realizou em Aveiro e queria frisar isso, não é todos os anos que temos oportunidade de organizar campeonatos do mundo e por coincidência ou não, ou porque temos tido também o interesse e a capacidade para os trazer para cá, vamos pelo segundo ano consecutivo, organizar um campeonato do mundo em Aveiro. No ano passado foi o do "Kayak Pólo" - correu muitíssimo bem do ponto de vista desportivo, constituiu para nós sobretudo uma oportunidade de divulgar a modalidade e de fazer obras nas Piscinas, de forma a que elas tenham pela primeira vez (porque não tinham), as dimensões olímpicas regulamentares.

A piscina do Sporting pode avançar, está quase concluída, esperamos inaugurá-la em breve.

A Pista de Atletismo foi inaugurada após muitas vicissitudes, mas é também um investimento em que a parte dos financiamentos da Câmara que foram afectados a este investimento.

A Pista de Remo, um dos investimentos que nos comprometemos a levar por diante. Temos a esperança de durante ainda do mês de Maio apresentarmos o projecto acabado a todas as entidades que serão chamadas a dar parecer - estamos neste momento na última fase de arranjos paisagísticos e foi um dossier que encontrámos de facto no zero. Estamos portanto muito optimistas, sabemos que não há nenhuma pista de remo no país; sabemos que eventualmente haverá espaço para duas pistas, mas estamos sobretudo a apostar nos nossos méritos próprios, na tradição e na força e no potencial e na prática desportiva, que em caso de dúvidas entre um e outro o projecto certamente fará tender a balança para o nosso lado.

A construção do Pavilhão Multi-usos, foi outro dos projectos estruturantes em que apostámos; neste momento a primeira fase do concurso está terminada, como sabem foi um sucesso em termos de candidaturas - concorreram do melhor que há da arquitectura nacional e justamente nós queríamos que este concurso pudesse constituir uma não apenas construção de quatro

paredes e um telhado e um recinto; mas uma oportunidade de arquitectura para a Aveiro. E desse ponto de vista, estamos com sorte, porque de facto desde o autor do Multi-usos da Expo, ao autor do Multi-usos de Espinho, ao Tomás Taveira, ao Carrilho da Graça, ao Santa Rita e por aí fora, temos um naipe de arquitectos que só por si garantem que as possibilidades que vamos ter de escolher um bom projecto são de grande qualidade.

Enfim, o ano de noventa e oito é também o ano em que nos candidatámos à realização do Euro 2004 em futebol; e a candidatura de Aveiro foi bem sucedida e portanto, se tudo correr bem, teremos em 2004 um novo estádio de futebol com capacidade para trinta mil espectadores, com um custo estimado na ordem dos seis milhões de contos.

No capítulo da Juventude tivemos algumas iniciativas inovadoras. Um programa municipal de apoio à iniciativa jovem; o projecto da casa municipal da juventude - cuja obra já está adjudicada neste momento; foi publicado pela primeira vez o Boletim Municipal da Juventude; e pela primeira vez também se não estou em erro, se promoveram intercâmbios entre jovens de Aveiro e de outras cidades da Europa, o que sem dúvida é uma oportunidade excelente para uma troca de experiências e culturas.

No âmbito da Actividade Cultural, permitam-me que destaque a aquisição do Teatro Aveirense, de facto foi outro dossier que estava emperrado há muitos anos por razões várias. Finalmente foi possível adquirir o Teatro - custou trezentos e trinta mil contos, com uma comparticipação de cinquenta por cento por parte do Estado e neste momento estamos já a conseguir cativar verbas para a respectiva recuperação. O Sr. Ministro da Cultura, virá a Aveiro no dia cinco, para assinar um protocolo em que desde já se compromete a reservar duzentos mil contos provenientes do mecenato cultural, desde que nós tenhamos a capacidade de atempadamente apresentar os projectos de recuperação do Teatro. Claro que não chega, a recuperação do Teatro irá ser muito mais cara, mas é já uma verba importante que fica cativada.

Foi também o ano em que se concluiu o Estaleiro Teatral do Efémoro, no parque D. Pedro V; e aqui no Centro Cultural e de Congressos se fizeram melhorias importantes e designadamente, o auditório foi equipado com os meios necessários para permitirem a projecção de cinema; o que não existia.

Avançaram também as obras no Museu da República; temos agora uma data que julgamos ser realista para a inauguração do museu, que é cinco de Outubro - é uma data emblemática. Vamos ver se concluídas as obras de engenharia, arquitectura e construção civil, se haverá capacidade para neste tempo organizar museológica e museograficamente, o Museu.

Outra decisão que se tomou e que também há muito que se arrastava, que foi a da localização do Arquivo Distrital em Aradas. As informações que temos, é que já está escolhida a equipa projectista que vai desenvolver o projecto e portanto, prevê-se que para o fim deste ano possa haver uma decisão sobre o começo da obra.

A Actividade Cultural; permitam-me que dê relevo à mostra nacional dos Jovens Criadores; que foi uma mostra de cariz nacional, em que tivemos a possibilidade de partilhar o melhor que fazem os nossos jovens criativos; um livro que editámos sobre a Arte Nova, da autoria do Dr. Amaro Neves e que se enquadra muito bem neste esforço que vai ser agora de novo sublinhado e com esta iniciativa que temos sobre a Arte Nova, neste fim de semana; a constituição de um gabinete para a preservação do património; e a consolidação da Orquestra das Beiras - que atravessou momentos difíceis e que não tenho nenhum pejo em dizê-lo, deve-se à Câmara a existência ainda hoje da Orquestra das Beiras. A Câmara de Aveiro teve de facto um papel absolutamente decisivo, no momento mais crítico que a Orquestra passou e se nessa altura não tivéssemos tido a intervenção que tivemos, a Orquestra teria soçobrado. Portanto, é também a consolidação, a afirmação e o desenvolvimento da Orquestra, algo que nos enche de satisfação e só espero que ela consiga de facto receber também todo o apoio e simpatia das restantes câmaras da região, porque isso é absolutamente fundamental.

As responsabilidades acrescidas da autarquia em matéria escolar, obrigaram de facto a Câmara a fazer um grande esforço; desde a renovação de todo o parque escolar ao nível das reparações, isso foi feito logo no início (telhados, casas de banho, pinturas, etc.); a segurança logo no início do ano também - aprovámos um programa designado “Escola Segura” e são visíveis os automóveis da polícia que estão afectos a esse programa.

Tivemos algumas iniciativas simbólicas, que marcam a nossa maior atenção, agora por esta área, que foi uma homenagem aos professores aposentados e uma recepção a assinalar o início do ano.

Habitação e Acção Social; concluíram-se em 1998, dezoito casas em S. Jacinto e seis em Quintãs, prosseguiu o programa “continuar Santiago/Griné”, e é uma área em que temos que continuar a fazer um grande esforço, para que o razoável equilíbrio que existe entre a oferta e a procura, que faz com que não tenhamos em Aveiro bairros da lata, com a dimensão que conhecemos noutros pontos do País, possam continuar a ser mantido. Temos inscrito uma verba de quinhentos e sessenta mil contos, este ano para esse efeito; e temos vindo a adquirir terrenos, sempre que aparece, sempre que ainda este ano possam ser lançados mais concursos e obras na habitação social.

Na área da Saúde que é uma área apesar de tudo onde temos menos competências, menos responsabilidades. Concretizou-se o projecto de transformar o projecto de uma Escola Superior de Enfermagem, numa Escola Superior de Saúde, penso que Aveiro tem a ganhar com esta grande transformação. A Câmara assumiu as suas responsabilidades nesta matéria e aprovou - e submete à vossa aprovação também - a cedência à Universidade de um terreno que irá servir para a construção de uma unidade de saúde moderna e adequada à população que tem.

No que toca às vias de comunicação, trânsito e estacionamento. Outra das promessas era avançar no Eixo Estruturante - o primeiro troço do Eixo Estruturante está adjudicado; houve alguns atrasos com o visto do Tribunal de Contas e com algumas negociações de terrenos, mas o visto já veio, tanto quanto sei, portanto irá agora avançar. É um primeiro troço importante, designadamente para estruturar o sistema viário do parque de feiras e do pavilhão Multi-usos.

Na Zona Industrial (não sei se todos passam por lá), fizemos uma pequenina revolução em poucos meses - no âmbito do protocolo que tínhamos com a ERSUC, foi possível renovar todo o sistema viário, criar novas estradas, construir três rotundas e acabar com alguns dos pontos mais negros em termos de trânsito que ali tínhamos.

Estamos a desfazer o cruzamento do Eucalipto na 109, no âmbito do protocolo com o investimento do JUMBO, e esperamos vir a desfazer os restantes ainda este ano ou pelo menos as obras arrancarem todas este ano; ou seja: o do cruzamento de Esgueira na estrada para Águeda; o do Pingo Doce; e a rotunda dita da Policlínica. Além disso, abrimos concurso e já há vários concorrentes interessados e está publicado, para desnivelar o cruzamento da Avenida Central na Sé - que é neste momento um dos pontos mais negros da cidade e onde há mais filas de espera.

Sobre os estacionamentos já aqui hoje foi falado, convém recordar que foi duplicada a capacidade de estacionamento com a abertura do Fórum; mas é evidente que o Fórum tem um custo e que não resolve todos os problemas das pessoas que trabalham ali todos os dias e para quem estacionar ali ao carro, em termos pagos, constituiria um custo inoportável. Portanto, estamos a apostar noutros parques - já se falou aqui hoje no parque da Marquês de Pombal; vou lembrar outro - existirá um parque subterrâneo também do outro lado da rotunda do Oita, num terreno que lá está agora pejado de carros e descampado; haverá aí estacionamento subterrâneo. Não está excluído que venha haver estacionamento também no largo Maia Magalhães - mas esse está mais atrasado, esse terá que ser melhor avaliado.

Alguns dos lugares que vamos perder na Avenida vamos compensá-los dos lados e ainda no topo da Estação. Seja na zona do centro coordenador, seja através da reformulação daquela zona da CP. Mas sobretudo o sistema que vamos desenvolver e que altera esta filosofia de trazer o carro

para o centro da Cidade - e é por isso que é preciso conseguir um equilíbrio entre essa necessidade de trazer o carro para o centro da cidade que existirá sempre para quem lá mora, para quem lá trabalha. Estamos a desenvolver o projecto dos chamados “park-and-ride” - que é deixar o carro em parques periféricos e haver uns “mini-bus” que colocam as pessoas no centro da cidade e vice-versa. Como disse já adquirimos os primeiros quatro (penso que estão todos convidados, para irem assistir à recepção desses primeiros quatro “mini-bus”), e outros quatro estão já a concurso para o próximo ano.

Das bicicletas também já falámos; tudo isto (já sei que me vão perguntar pelo plano do trânsito), se integra, se articula, com o célebre plano do trânsito que está na sua fase terminal. Haverá inversões no sentido do trânsito, significativas, e que eu quero dizer que serão feitas este ano; seguramente este ano. Designadamente vai ser possível entrar na Avenida Central, quem vem de Esgueira, directamente através da rotunda do Oita. Penso que são alterações importantes e que vão melhorar muito o sentido do trânsito.

Foi também um ano em que várias sedes de Junta de Freguesia receberam obras importantes; estou a recordar-me desde logo de Oliveirinha, que vamos inaugurar agora nos próximos dias a nova sede - Oliveirinha, onde para além da sede há também uma unidade de saúde para inaugurar. S.^{ta} Joana, S. Bernardo, Eixo, Cacia e Aradas.

Em Cacia estão as obras adjudicadas de recuperação. De facto, a sede da Junta de Cacia é um projecto recente, mas com inúmeros problemas.

Em Aradas todos conhecem a história, a obra está parada há dois anos e nós finalmente conseguimos pôr a concurso a execução do fim da obra.

Depois ainda este ano assistimos ao desenvolvimento de projectos que são estratégicos para Aveiro, alguns já vinham de trás outros não - estou a lembrar-me da Europa dos Pequeninós. Foi já connosco que a Europa dos Pequeninós foi submetida à ratificação desta Assembleia Municipal, sem a qual não vincularia à Fundação Bissaya Barreto. Nós temos feito tudo o que podemos e o que está ao nosso alcance para que o projecto não se atrase, porque de facto consideramos que é um projecto muito importante para Aveiro e está a andar bem e acho que devemos lutar por ele e não pôr areia na engrenagem neste processo.

Outro projecto importante, este de facto com igual importância estratégica, é o projecto Aveiro Cidade Digital. Este projecto é completamente novo; foram aprovadas já quarenta e duas candidaturas, os projectos estão a ser desenvolvidos e envolvem toda a sociedade aveirense, desde as escolas, aos hospitais, às empresas, à autarquia, às juntas de freguesia, às associações culturais e desportivas. Julgo que é um projecto que põe Aveiro na vanguarda das novas tecnologias da informação e até em termos financeiros é muito importante, embora essa não seja sequer a parte mais importante dele.

Outro projecto que eu aqui hoje já recordei e porque acho que é importante - é o Centro Incubador de Empresas, que é um projecto da ANJE; uma parceria com o Ministério da Economia e que veio também para Aveiro em mil novecentos e noventa e oito.

Outro que vale a pena lembrar é o PROCOM. Os comerciantes reagiram bem, tanto quanto nos apercebemos. A Câmara tem alguns projectos que vai candidatar ao PROCOM e é sobretudo importante que se tenha presente que o pequeno comércio tradicional vai ser confrontado (e está já a ser confrontado já este ano), com uma nova zona comercial de grande qualidade e vai ser confrontado com a imergência de mais duas grandes superfícies. A qualidade das lojas e da apresentação do mobiliário urbano, dos circuitos urbanos do comércio tradicional, tem que ser levado ao máximo para que continue a ser um prazer ir à baixa fazer compras.

Ainda na componente económica, quero dizer que há coisas que ainda não fizemos, por exemplo: faz parte do programa deste Executivo deixar pronto o novo Mercado Abastecedor; ainda não conseguimos. Não se pode fazer tudo num ano, mas é para fazer.

Faz parte do programa deste Executivo, deixar pronto um novo Parque de Feiras e Exposições. Aí já demos também os passos necessários porque está lançado o concurso de concepção/construção e as propostas são abertas este mês.

Depois passos importantes foram dados na preservação do Ambiente. De facto, este foi um ano de verdadeiro frenesim, se me permitem, porque foi a ano em que se inaugurou o aterro intermunicipal da ERSUC; e em que Aveiro conseguiu de facto um ganho ambiental directo de enorme relevância. Encerrámos uma lixeira municipal e passámos a ter um aterro controlado. Foi também adjudicado um Plano Municipal de Ambiente; foi elaborado um novo Regulamento de Taxas e Licenças de Resíduos Sólidos e Urbanos - o tal que se encontra na fase do inquérito público; estamos a reformular todo o espaço de jardins e designadamente com a aquisição da Quinta da Condessa, vamos ter um espaço óptimo para um novo horto municipal.

Foi o ano em que no quadro da SIMRia, as obras incomodaram muita gente, mas que se concretizaram, portanto o projecto da SIMRia que directamente nos vai trazer muitos benefícios de ordem ambiental, está em bom ritmo, implicou muitas vezes a colaboração com os Serviços da Câmara, naturalmente. E no quadro dos Serviços Municipalizados, iremos falar daqui a pouco, mas houve também melhorias sensíveis em várias áreas.

Enfim, já não falo das visitas, porque elas foram bastantes ao longo do ano. Permitam-me só recordar que tivemos em Aveiro D. Ximenes Belo e o Dr. Ramos Horta - prémios Nóbél da Paz, que muito nos honraram; além do Sr. Presidente da República, do Sr. Primeiro Ministro e do Sr. Presidente da Assembleia da República.

E foi o ano em que Aveiro foi condecorada com a Ordem da Liberdade. Foi portanto uma ano em que Aveiro fechou com chave de ouro; não fechou com finanças de ouro, fechou com finanças remediadas, que foram aquelas a que foi possível chegar em função também da situação que encontrámos, que como sabem não era famosa.

Antes de falar da situação financeira queria também fazer uma referência à situação do pessoal. Muito rapidamente porque vamos ter oportunidade de a analisar depois quando analisarmos o quadro de pessoal. Mas neste período foram abertos trinta concursos: oito externos de ingresso e vinte e dois internos; houve oito admissões para o quadro de pessoal e nove saídas (de pessoas que se aposentaram); foram efectuadas trinta e quatro ofertas públicas de emprego, celebrados quarenta e quatro contratos a termo certo, sendo oito sazonais e dezanove celebrados com pessoal que já vinha exercendo funções em anos anteriores e dezassete celebrados pela primeira vez em noventa e oito.

Tudo visto e resumido, continuamos muito abaixo dos limites que a lei impõe para despesas com pessoal - que são 60% por cento das receitas correntes do ano anterior, para as despesas com pessoal do quadro e para as despesas com pessoal para além do quadro 25% por cento do limite anterior.

Temos neste momento quatrocentas e sessenta e quatro pessoas, mais as cinquenta e duas com contratos de trabalho a termo certo (em que não se enquadram os assessores), sem contar com os Serviços Municipalizados, naturalmente.

O que eu gostava de frisar, porque é uma nota de sociologia importante, no que toca aos nossos funcionários e para perceberem porque é que as coisas às vezes nós encontramos algumas dificuldades: quarenta e sete por cento dos funcionários da Câmara têm a quarta classe - e eu digo isto por um lado, para que percebam que de facto o nível de formação profissional dos nossos funcionários é francamente baixo em relação àquilo que um município exigente está à espera e portanto, o nível de prestação que nós gostaríamos de dar encontra este constrangimento, ao nível da habilitação literária. Mas eu queria dizer também, que tem havido um enorme empenho, um enorme esforço desses funcionários que mesmo sem formação adequada para o desempenho de funções, às vezes de muita responsabilidade que têm nas mãos, conseguiram este ano proporcionar e concretizar toda esta actividade que vocês encontram. E portanto, eu não queria deixar de frisar isto, porque muitas vezes as pessoas queixam-se muito

do serviço que temos e têm que perceber que por razões históricas, a formação e as habilitações literárias dos nossos funcionários é que é de facto desadequada, mas só temos de facto por nos congratular porque de facto o esforço humano, o desempenho e a dedicação que tem demonstrado e a capacidade para aprender e para experimentar coisas novas, tem sido total e eu queria dar público testemunho disso.

Depois em termos financeiros eu gostava de dizer o seguinte: é um primeiro ano, e é um primeiro ano em que eu penso que esta Câmara tem que chegar ao fim satisfeita. Porque chegamos ao fim com uma taxa de execução financeira global superior a 67% por cento, quando em noventa e sete, por exemplo, que era um ano de eleições, um ano em que tradicionalmente se gasta muito mais, a taxa de execução orçamental não foi superior; foi até inferior. E fizemos isto com um orçamento que era superior - com um orçamento de nove milhões cento e trinta e um mil. Gastámos efectivamente, seis milhões cento e quarenta, contra, e tomo outra vez o ano de referência de noventa e sete porque é um ano em que tradicionalmente se gasta muito, contra cinco milhões cento e setenta e cinco, que foram gastos em noventa e sete. Ou seja, apesar de termos a mesma taxa ligeiramente superior, a mesma taxa de execução financeira, conseguimos gastar mais um milhão e isto quer dizer portanto, que desenvolvemos mais o concelho e conseguimos fazer e aplicar melhor os recursos que tivemos disponíveis.

Nas receitas não vos escondo que houve uma quebra de algumas receitas no que respeita ao que estava orçamentado; sobretudo essa quebra deveu-se às vendas de terrenos, ou porque nos tinham vendido os terrenos todos ou porque de facto não tivemos a capacidade de resolver alguns problemas que existiam. Os terrenos que tínhamos pensado vender no primeiro ano não conseguimos, e também nalgumas transferências de capital.

Em todo o caso, se virmos os totais verificamos que também em relação a noventa e sete, nós tivemos um aumento de 20,9% por cento, contra uma variação do ano de noventa e sete para noventa e seis de apenas 7,9% por cento, ou seja, de facto conseguimos em termos relativos, em relação ao ano anterior, também aí aumentar as receitas.

Transferências para as freguesias, que é uma aparente queixa. Eu queria chamar à atenção para este dado: é certo que nós de noventa e oito para noventa e sete, baixamos um bocadinho a contribuição para as freguesias. Mas, eu peço desculpa de insistir neste ponto, noventa e sete foi ano de eleições. Portanto, se compararmos o ano de noventa e oito, com um ano que não foi de eleições, ou seja, noventa e seis, então em noventa e seis tinham-se gasto duzentos e setenta e um mil contos em transferências para as freguesias; nós no primeiro ano do Executivo, sem ser de eleições, transferimos para as freguesias trezentos e vinte e dois mil contos. Portanto, penso que este é que é o paralelo que se deve fazer.

Finalmente há outro elemento que eu gostava também de frisar, que é o seguinte: com este esforço todo conseguimos ainda assim aumentar a nossa capacidade de endividamento, não obstante o empréstimo que tínhamos pedido no principio do ano. E porquê? Não há truque nenhum nisto, a verdade é que como investimos mais um milhão de contos e como os limites à capacidade de endividamento são tabelados, limitados em função do investimento do ano anterior, nós conseguimos aumentar significativamente a nossa capacidade de endividamento que está neste momento ainda 60% por cento livre.

Queria só frisar ainda, que aparecem os montantes das participações que conseguimos através PROSIURB, PROCENTRO e de outros programas. Temos ainda muito dinheiro para receber a título destas participações. Em relação a cada um dos capítulos e uma vez que já fiz a referência na introdução, eu penso que conseguem aperceber-se pelos quadros que foram juntos, que uma enormíssima percentagem dos pequenos projectos elencados no Plano de Actividades foi efectivamente realizada e temos que dar a mão à palmatória, algumas que não foram estão aí devidamente assinaladas, mas é uma percentagem francamente, eu diria quase irrisória, em relação àquilo que se fez.

E finalmente, gostava também de chamar à atenção para um capítulo que não costuma aparecer e que é o capítulo relativo aos Armazéns Gerais. Os Armazéns Gerais durante algum tempo, ninguém tinha muito bem a noção da enorme carga de trabalho a que estavam sujeitos; o trabalho de organização que ali foi feito permite agora que nas últimas páginas encontrem uma relação exaustiva do tipo de trabalhos que são chamados a desempenhar e da exiguidade dos meios que têm.

Aparecem também, creio eu, suficientemente discriminados os subsídios atribuídos quer às colectividades culturais, quer às colectividades desportivas. Portanto, penso que este relatório traduz com fidelidade o nosso primeiro ano de actividades. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais Luís Miguel Capão Filipe e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Presidente da Mesa:

“Não foi dito no início, mas percebeu-se da exposição do Sr. Presidente, que estão obviamente em discussão os dois documentos: o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência, relativas a mil novecentos e noventa e oito.

À semelhança do que foi prático, do que aconteceu no ano passado, ambos os documentos poderão ser discutidos conjuntamente, sem prejuízo de no final ter de existir uma votação individual, relativa a cada um deles. Sendo assim, ir-se-á abrir um único período de inscrições para o debate quer do Relatório de Gestão, quer da Conta de Gerência.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Permita-me só que diga, que por uma razão, por um facto sucedido, queria perguntar se seria possível separar, abrir um período também para discutir a Conta de Gerência - eu vou dizer porquê: dentro da forma como nos organizámos na nossa bancada para discutir a Conta de Gerência, fizemo-lo tendo em atenção um trabalho que seria feito pelo Dr. Rogério Madaíl. Tenho tentado contactar o Dr. Rogério Madaíl, sei que ele saiu do Porto às cinco e meia, mas ninguém sabe dele, nem em casa, nem no escritório, chega-se a por uma hipótese de algum acidente, porque de facto o telemóvel está desligado e é algo que começa a ser preocupante. Efectivamente dentro da análise que nós queríamos fazer, dos elementos que temos para discutir, ele tinha de fazer exactamente essa síntese e de facto neste momento estamos preocupados.

Por isso é que eu pergunto se seria possível separar ou não? Se não é, não é, cumpre-me perguntar.”

Presidente da Mesa:

“Sr. Deputado, obviamente que formulamos votos para que nada de grave tenha acontecido, entendemos todavia que não há uma razão suficientemente válida para se alterar a metodologia. A única coisa que para a Mesa não será grande problema, é que alguém da bancada do PSD, inscreva o Dr. Rogério Madaíl sem ele estar presente, e obviamente, se ele tem uma intervenção para fazer sobre essa matéria, quando chegasse a faria.

Agora a discussão seria a discussão em conjunto de ambos os pontos, sem prejuízo de alguns Srs. Deputados se poderem referir apenas ao Relatório de Actividades, outros Srs. Deputados se referirem apenas à questão da Conta de Gerência.

Mas portanto, nós aceitamos a inscrição, digamos que condicional, do Sr. Deputado Rogério Madaíl. Se ele eventualmente chegar em tempo, produzirá a sua intervenção.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Em termos extremamente breves, apenas para juntar duas coisas: o panorama geral da multiplicidade de actividades que esta Câmara, no curto espaço de um ano, tem estado a desenvolver com a questão das assessorias.

Penso ser a última vez que me vá referir a este assunto. Só queria lembrar que a minha postura para com a Câmara Socialista, se mantém rigorosamente a mesma que tive para com a Câmara do CDS/PP. Partido que aliás não considero de Direita, apesar de eles próprios se considerarem, por terem o mesmo ponto de vista ou o mesmo diapasão, penso eu, que o próprio Partido Comunista.

Eu não considero (já agora aproveito para dizer isto), o CDS/PP um Partido de Direita. Daí que, enquadre os membros desse Partido genericamente entre democratas. Isto é para corrigir algumas interpretações de uma intervenção minha da última vez, a propósito de Democratas e de pessoas de Direita.

Mas voltando às assessorias, eu não percebo como é que alguém pode gerir o que quer que seja, sem ter pessoas da sua total confiança para trabalharem consigo. O julgamento é feito no fim, não é feito à priori; tudo o mais é pura “balela”(para utilizar um termo já ouvido aqui hoje) pura balela política e mais nada. É manobra de diversão, é uma tentativa para que efectivamente a presidência não possa ter maneira de gerir o muito que se propõe, o muito que já fez, o mais que se propõe fazer e o muito mais que irá com certeza fazer até ao fim do mandato; isto em termos genéricos.

Em termos genéricos, também, uma apreciação global em relação à cidade: é um convite que fazia aos aveirenses e que tenho feito sucessivas vezes. Rapidamente saiam à rua, com as vossas máquinas fotográficas e fotografem a cidade. Porque fotografar muros caídos, já restam poucos. Fotografar partes da cidade onde hoje se atropelam pessoas e tráfego hoje é fácil. Com tudo o que está previsto a nível de trânsito, tanto automobilístico, como de velocípedes, a Cidade vai a curtíssimo prazo ter uma imagem completamente diferente.

Os aveirenses que não saírem à rua agora, com as máquinas fotográficas, vão arrepender-se de o não ter feito.

Eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente, a atenção especial para pequenos pormenores, que me parece ser oportuno referir e que de qualquer maneira estarão provavelmente pensados. Um deles está de mais à vista. Eu não consigo perceber, com toda a franqueza, o que é que se passa com o Fórum por fora?! Todo aquele arsenal me parece excessivo e a pouco e pouco tomando conta do aspecto original que aquele edifício tinha.

Permitia-me ainda chamar à atenção no que respeita ao Fórum, parte habitacional, por dentro, porque tive a oportunidade de visitar alguns dos apartamentos e parece-me inconcebível. Como é que é possível, terem feito, terem utilizado algumas formas de divisão, que outro qualquer empreiteiro não teria conseguido fazer passar: com quartos em bico; aparentes suites, com armários que directamente deitam para casas de banho sem qualquer espécie de arejamento e coisas semelhantes. Eu penso que é hora da construção civil em Aveiro, por dentro, também ser vista com alguma atenção e com o mérito que lhe é reconhecido para as restantes coisas. Para que Aveiro comece a vender e dar qualidade de vida efectiva aos aveirenses e não mera “pato bravisse” que eu penso que foi o que terá feito com que se tivessem atrevido a aproveitar espaços e oferecerem-nos como quartos, quando na verdade são verdadeiros cubículos sem nenhuma regra, nem espaço urbano, que mereça essa qualificação.

Portanto, quanto ao Fórum - placares - fraco exemplo a esse nível; e quanto ao Fórum bom exemplo que renove, penso um dia já o ter dito, muito gostaria de ver espalhar a mesma filosofia pelo resto do Plano de Pormenor que espero aprovar, até ao Centro Cultural e de Congressos, fosse possível, bem sei que poderá não ser uma filosofia semelhante e que realmente os edifícios não fossem todos tabelados pelo mesmo piso ou pelo mesmo tipo de filosofia geométrica que acompanha o Plano de Pormenor de registo histórico do anterior Executivo.

Finalmente, um último e pequeníssimo reparo. Um dia o Sr. Salavessa (no executivo anterior), trouxe aqui uma garrafa de “Coca-Cola” muito especial; as pessoas estarão recordadas, foi foro de notícia. Trazia uma garrafa com água colhida algures aí no centro urbano desta cidade e que se assemelhava (a água) a olho nu, autenticamente a “Coca-Cola”. Nessa altura pude ouvir aqui o Eng.º Victor Silva, que aliás me granjeou durante o mandato a maior simpatia, pessoa por quem eu tenho muito respeito, tecer considerações acerca do facto de na zona onde resido (na Glória), mais precisamente ali junto da torre Simão Bolívar - Bairro do Liceu, nessa zona onde vive imensa gente como sabemos, a água chega cor de laranjada!

A continuar assim, da próxima vez vou trazer então, aquilo que aparenta ser uma garrafa de laranjada e provavelmente com a respectiva análise para ver o que é que aquilo é.”

Vogal António Salavessa:

“Bom, o Sr. Presidente trouxe aqui um balanço para impressionar, mas digo-lhe sinceramente que não é um balanço impressionante. Não é um balanço impressionante, porque como é óbvio com um orçamento do nível que a Câmara Municipal de Aveiro tem, e com o corpo de funcionários com o corpo de pessoas que tem, certamente terá que produzir alguma obra - os cidadãos não esperarão outra coisa, que não seja essa; e de facto muita coisa que o Sr. Presidente disse, não é da geração deste mandato, é gerado em mandatos anteriores, tiveram nalguns casos conclusão, nalguns casos continuidade e que ainda hoje são esses os frutos que estão a aparecer. Mais tarde será a avaliação concreta do desempenho desta Câmara, dos seus projectos, que desenvolva de raiz ou daqueles que não consiga desenvolver.

Portanto não me impressionei com o balanço, não vou dizer que está tudo na mesma, tal como estou convicto que diria também que não está tudo na mesma se aí estivesse um Executivo de caris diferente, de uma maioria diferente.

Mas o que não posso aceitar, é que o Sr. Presidente traga aqui como resultados e vantagens adquiridas por esta maioria, factos que bem vistas as coisas, não justificam grande alegria.

O Sr. Presidente fala-nos num aumento de um milhão de contos no orçamento do município, diz-nos: «o município anterior reuniu e gastou cinco milhões cento e setenta e cinco mil contos», neste ano o Executivo realizou seis milhões cento e quarenta mil contos. Bravo! Fazemos apenas uma pequena conta: vamos reduzir aos seis milhões cento e quarenta mil contos, novecentos e quarenta mil contos de empréstimos concretizados este ano e que estão lançados nestas receitas; quando no ano passado não existiam receitas de empréstimos.

Fazemos a conta, a conta é simples: cinco milhões cento e setenta e cinco mil contos, mais novecentos e setenta mil contos, dá seis milhões cento e quarenta e cinco mil contos. O que dará um vantagem em relação ao Executivo anterior em cinco mil contos; as contas são assim.

Dirá o Sr. Presidente que isso foi importante e que foi importante, e vou dizer o que não disse o Sr. Presidente. A dívida de curto prazo, os encargos assumidos e não pagos pela Câmara Municipal de Aveiro foram reduzidos de um milhão cento e vinte três mil contos em finais de mil novecentos e noventa e sete, para cerca de trezentos e quarenta e três mil contos no final de mil novecentos e noventa oito.

O que significa uma descida nestes compromissos assumidos e não pagos, por parte da Câmara Municipal de seiscentos e setenta e oito mil. Eu ficaria extremamente satisfeito com esta situação, porque considero que é um benefício para Aveiro, a Câmara não ter uma situação de endividamento que lhe tolha os passos, se a dívida a médio longo prazo não tivesse crescido bastante mais do que esta diminuição dos compromissos assumidos e não pagos.

Portanto, não só o aumento que o Sr. Presidente invocou nas receitas do Município resulta exclusivamente de um empréstimo que é concedido, como apesar de reduzida a dívida de curto prazo, houve um aumento global da dívida do Município em valores consideráveis. Portanto isto é um facto que não se pode escamotear. Há sim uma diminuição efectiva da capacidade de captação de receitas por parte deste Executivo, que se verifica em diversas áreas,

nomeadamente na área dos fundos comunitários. É a situação concreta deste ano. É deste ano que estamos a falar, os números estão aí para o comprovar. Mas apesar desta diminuição, desta dificuldade, parece-me Sr. Presidente, que continua a haver dinheiro mal gasto neste Município. Há dinheiro mal gasto no Município, por exemplo, na aquisição de serviços. A aquisição de serviços pulou de 687 mil contos (a aquisição de serviços no exterior como é evidente), 687 mil contos no ano passado, para quase 1 milhão de contos (novecentos e cinquenta e três mil contos) em 1998.

Ora, tendo a Câmara o corpo que se conhece, tendo essas quatro centenas de funcionários, tendo todas as capacidades que lhe são reconhecidas, o que é que justifica este recurso crescente a serviços no exterior que já ocupam 1/6 do orçamento Camarário?! Eu não me cansarei de repetir (até que a voz me doa, como diz o poeta) a questão da concessão do lixo à SUMA. Digo SUMA, como podia dizer a qualquer outra empresa, não se trata da empresa em concreto, trata-se dos termos em que o contrato foi negociado, aceite por esta Câmara, pela maioria desta Assembleia em que não me incluo obviamente, nem o PCP, e que continuo a considerar que é desastroso e cada ano que passa mais desastroso se torna.

Em 1995, ano da concessão da recolha do lixo á SUMA, o serviço de Higiene e Limpeza da Câmara Municipal de Aveiro custou 191 mil contos; em 1998, no ano passado, ou seja três anos depois, esse serviço custou 515 mil contos, ou seja um aumento 160% em três anos. No ano passado, só à SUMA, foram pagos 369 mil contos, mais do dobro do que custava todo o serviço de limpeza em 1995. De 1997 para 1998 o serviço passou de 382 mil para 515 mil contos; é um gasto exagerado que a Câmara podia perfeitamente resolver com elevada qualidade sem recurso ao exterior.

Por isso, não podemos aceitar a taxa do lixo que aí vem, porque o dinheiro do lixo não está a ser bem gerido, porque a Câmara está a malbaratar os recursos do Município com esta questão da concessão a privados.

Por último, depois há outra componente que vamos discutir à parte, os Serviços Municipalizados. Há questões que se prendem, embora elas estejam intimamente ligadas, quando se fala em malbaratar os recursos do Município, isso tem a ver com recursos que estão afectos à Câmara e tem a ver com recursos que estão afectos aos Serviços Municipalizados. Há que ter uma abordagem integrada destas questões, mas a seu tempo. Então continuaremos esta linha que vai sobretudo pretender demonstrar que é possível a esta Câmara ter maiores preocupações sociais, nomeadamente, com a prestação do serviço público e que deve beneficiar todos os munícipes.

Apenas um parêntesis final, porque a isso me comprometi. Esteve aqui a ser polemizada na última sessão e bem, a questão do apoio à Associação Académica da Universidade de Aveiro e aos 3 mil contos de subsídio que estão registados no ano passado. Disse que havia na minha opinião injustiça relativa em relação a esse valor, tendo em conta o número de associados, o número de núcleos, o número de estudantes que participam e a ligação que existe efectivamente com a cidade. Eu não vou citar instituições, não vou citar nomes, mas os Senhores membros da Assembleia, a Câmara, sabem, porque isso é um documento anexo ao relatório, a relação dos subsídios foram concedidos durante o ano passado. Eu cito apenas aquelas verbas que me parecem, modestamente na minha opinião, como não justificadas. Uma de 10 mil, outra de 27.500 contos, outra de 4 mil e 400 contos, outra de 20 mil contos, outra de 30 mil contos, outra de 35 mil contos, outra de 12 mil contos, uma de 104 mil contos, uma de 18 mil contos, etc., etc.. São aquelas que se me afiguram, não serão justas, comparativamente com o apoio que é dado à Associação Académica da Universidade de Aveiro. Por agora me fico.”

Vogal João Ferreira Maia:

“Sr. Presidente, muito obrigado. Eu gostava de focar apenas um ponto relativamente à linha de água da Força Vouga. O problema das cheias, já focado pelo Sr. Presidente, que o explicou

exaustivamente, mas eu julgo que há mais um pormenor que contribuiu para essas cheias; foi precisamente a falta de consolidação de todas as areias que foram colocadas nas margens daquela linha de água aquando da construção que se fez na urbanização. Ao referir a linha de água na Forca Vouga, eu já tenho manifestado a minha opinião variadas vezes junto dos técnicos da Câmara, porque considero que devido ao grande desnível de cotas entre a variante e a passagem da linha de ferro, há ali um movimento de águas com um certo caudal que arrasta grande quantidade de areias. Daí que, eu proporia que essa linha de água fosse sectorizada com paliçadas. A existência desses sectores, com duas ou três paliçadas, iriam fazer em primeiro lugar uma melhoria da oxigenação daquela água. Aquela linha transporta água altamente contaminada em termos de matéria orgânica e, portanto, a oxigenação era sempre favorável. Em segundo lugar, essa paliçada também iria originar uma deposição de todos os inertes que são arrastados e depois, facilmente se retirariam. Isto iria melhorar a qualidade da água e iria fazer com que o assoreamento do Canal Central não fosse tão intenso. E, porque não dizê-lo, iria fazer com que mais tarde o lago não tivesse uma água de péssima qualidade. Era só isto que eu queria dizer, muito obrigado.”

Vogal Jorge Arroiteia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu subscrevia em absoluto a proposta do Sr. Eng.º Maia, mas só com uma ressalva - é que a paliçada não impedisse que se continuassem a pescar enguias naquele local, que continua a ser uma ocupação que se verifica com alguma frequência.

Bom... eu queria sobretudo fazer uma intervenção, e a minha intervenção tem a ver com uma reflexão que já foi aqui sugerida pelo Sr. Presidente da Câmara e que se prende de certa forma com os Recursos Humanos da Câmara. Preocupa-nos que, efectivamente, cerca de 50%, ou de metade dos funcionários desta Autarquia, tenham um grau de instrução relativamente baixo. Obviamente que, isso só coloca um desafio a esta Autarquia, que é justamente o de incentivar programas de formação que agora tanto se fala e que se defende a formação ao longo da vida. Portanto, será obviamente uma oportunidade para nós dentro de algum tempo tecermos os elogios necessários, por forma a contribuir para o aumento da formação ou da qualificação académica destes mesmos funcionários. Mas, mais do que isso, preocupa-me aqui dois dados que estão referidos em quadros que não interessa aqui citar e que se prendem basicamente com o seguinte: em primeiro lugar, parece que os funcionários se situam na faixa dos jovens adultos e adultos, 30/49 anos, mas há aqui um dado que contraria e que pode justificar alguma quebra de produtividade a que por ventura possamos imputar, e que tem a ver justamente a ver com o forte absentismo. Não sei o que é que os técnicos dos Recursos Humanos pensam a este respeito, mas creio que há aqui um conjunto de faltas, ou pelo menos justificações de faltas, que penso eu, e que pelo menos me preocupam, nomeadamente as faltas por doença, nomeadamente as faltas por acidentes de trabalho! É capaz de merecer alguma reflexão, alguma atitude de intervenção futura.

Duas outras questões que se prendem ainda com a zona do Forca Vouga. Creio que nas questões de trânsito, a Sr.ª Deputada Virgínia Veiga sugeriu aqui (e muito bem) que nós passemos a andar munidos de máquina fotográfica! Qualquer dia passaremos a andar munidos de uma bicicleta. Eu próprio proponho não uma bicicleta urbana, mas proponho um ícaro urbano. Porque já passámos as bicicletas, já passámos as mulas, já passámos os barcos, passámos os automóveis, agora voltemos à pré-história, voltemos aos ícaros. É importante fazer isso.

Em relação às condições de acessibilidade da cidade eu atrevia-me a solicitar justamente o seguinte: que nós tivéssemos cuidado, ou pelo menos que a Câmara pudesse ter uma intervenção mais directa, em termos das entradas e em termos das proibições das entradas. Refiro-me às pistas que são estas ruas de acesso, com bom piso, com bom asfalto e que se prestam naturalmente a algumas velocidades. Eu não iria pugnar para que se construíssem barreiras

que pudessem impedir essa mesma velocidade, mas seria certamente bom, e seria oportuno, que nós em vários locais da cidade pudéssemos introduzir semáforos controladores dessa mesma velocidade; todos nós beneficiaríamos. Assim como beneficiaríamos certamente da colocação (e uma vez que a cidade de Aveiro se está a constituir com vários centros poli-núcleados e vários centros residenciais), em que volto a dizer, as ligações e a acessibilidade entre os centros residenciais, sobretudo a acessibilidade pedestre é extremamente difícil. Desculpem, continuo a dizer, parece que é extremamente difícil, e é difícil porque não há passadeiras!? É difícil porque não há pontes ou não há atravessamentos superiores das ruas e seria bom que nós investíssemos em termos de facilitar alguma da ligação que se exerce ou que existe entre estes diversos núcleos.

Depois, já foi aqui referido, creio que nós devíamos ter algum cuidado em relação às barreiras que se colocam aos incapacitados. Durante a feira de Março vi vários exemplos e várias acrobacias de pessoas que se queriam deslocar e que tinham uma vez mais de circular fora do passeio. Creio que a Câmara devia ter um pouco mais de atenção a alguns aspectos que se prendem com estes aspectos, com estes problemas da locomoção dos incapacitados.

Bom, há uma outra questão que se prende nomeadamente com um assunto que foi aqui referido pelo Sr. Presidente e tem a ver com a construção do Arquivo. Louvamos, obviamente, a construção do Arquivo, mas Aveiro tem necessariamente de repensar, dentro de pouco tempo, a construção de uma nova biblioteca. Aveiro se quer ter uma intervenção cultural que não se prende apenas com o Teatro, creio eu, que deveria incentivar nomeadamente a construção de uma nova Biblioteca. Para além dos pólos de leitura que estão aqui já desenvolvidos, a construção de uma outra biblioteca e deixássemos aquela biblioteca velhinha para um espólio, para os documentos que se prendem mais com a cidade de Aveiro, que estão e que existem, não só na biblioteca Municipal, mas que existem certamente em muitas outras bibliotecas e dali poder-se-ia constituir uma biblioteca central, com um fundo Aveirense, e então deslocávamos para outros lugares outro tipo de leitura, que pudesse servir inclusivamente a outra população, nomeadamente à população estudantil.

No domínio das actividades culturais, aguardamos e saudamos o cinco de Outubro. Gostaríamos naturalmente de sugerir que esse cinco de Outubro pudesse ser devidamente, enfim, festejado, saudado, já que outros acontecimentos não o foram. Festejado com uma intervenção, porque não, do Prof. Pedro Vicente, que é figura que todos conhecem e que certamente estaria disponível para no âmbito desta Assembleia poder ter uma intervenção que pudesse ser aberta a todos os munícipes. Finalmente há uma preocupação e que se prende de alguma forma, também, com estas questões de Aveiro cidade poli-nucleada. Quando há pouco foi referido e muito bem, os atropelos, ou melhor com as questões que se prendem, enfim, com a publicidade do Fórum de Aveiro. Creio que seria oportuno que nós repensássemos alguma animação para aquele Fórum para que, quando por ventura vier a ser inaugurado o centro das Glicínias, Aveiro não passe a ficar com mais um centro com alguma quebra de frequência. Por isso seria interessante que nós pudéssemos animar, ou pelo menos incentivar, algum público, alguma população e alguma frequência, que animasse ou que vivificasse os vários centros que se constituíram dentro desta cidade.

Por último, em relação à observação do Sr. Deputado Salavessa, creio que, se bem entendi, este ponto do aumento da aquisição dos serviços, o aumento de 1997 para 98, ultrapassa duas rubricas em separado. Uma delas que é as despesas em habitação, outra delas é as transferências para as Freguesias; se bem entendi, o aumento da aquisição de serviços é superior a um destes itens, a uma destas rubricas?! Se houvesse possibilidade de uma justificação. Muito obrigado.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“A minha apreciação em relação ao Relatório de Actividades, situa-se ao nível de intervenção micro-política. Tenderei a fazer uma apreciação casuística e não estratégica, e pensarei aqui detectar algumas cáries que poderão facilmente ser corrigidas. Relativamente à questão da Juventude, o Sr. Presidente falou aqui no Boletim de Juventude, que infelizmente até agora só teve um número solitário, que data de Julho de 1998, que nos leva a recomendar que se crie um novo modelo de edição e de redacção, que estimule e envolva os jovens e as associações; aqueles que devem ser os seus verdadeiros protagonistas. Por outro lado, foi aqui também referido um programa Municipal de apoio à iniciativa jovem (que podemos louvar), foi uma iniciativa interessante, todavia a não utilização total das verbas disponíveis leva-nos também a que recomendemos que se convoque o fortalecimento da divulgação e promoção do programa, bem como a flexibilização do seu regulamento de modo a que as Associações ou os grupos de jovens informais, não vejam os seus projectos impedidos de se concretizar.

No caso da Cultura, temos que dizer que à aquisição do Aveirense não correspondeu a criação de um regulamento da sua utilização e por outro lado, foi esquecido o contributo técnico dos agentes locais da cultura, para a futura recuperação da sala. Algo que também nos deixa um pouco entristecidos é o facto, do projecto de alojamento das Associações ainda estar imberbe, o que realmente não contribui para a dinâmica que se pretende para o movimento associativo.

A Acção Social, por este Relatório, podemos perceber que a luta contra a pobreza se reduz a Santiago; quando nós sabemos que existem outros focos desfavorecidos no nosso concelho. Podemos compreender também que a ligação ao “Projecto Vida” não será tão necessária quanto aquela que a realidade o exige. Basta ler os jornais todos os dias para compreendermos e vermos, que o tráfico e o consumo de droga continua a crescer aqui no nosso concelho.

Aqui um aspecto muito importante, que eu queria que merecesse a atenção do Sr. Presidente, relaciona-se com a Filarmonia das Beiras, com a Orquestra das Beiras. Eu como cidadão tenho que dizer que estou grato pelo esforço que a Câmara de Aveiro tem feito no sentido de apoiar e solidificar a Orquestra das Beiras. Mas se este projecto deve ser partilhado pelas Autarquias regionais, parece-me como cidadão, que o Estado e o Ministério da Cultura particularmente, não se deve eximir das suas responsabilidades, particularmente no que respeita à revogação do actual Despacho Normativo, que rege as orquestras regionais. E também, por outro lado, rectificar o quadro legislativo que permita às estruturas culturais aceder a um mecenato cultural por via da sua qualidade artística e não pelo favor pessoal ou por via de influência política ou partidária. Se o estado das coisas se mantiver, as estruturas descentralizadas, como a Filarmonia das Beiras morrerão. O exemplo mais recente, é o que se passa com a Orquestra do Norte. Outra Orquestra Regional, que como é mais ou menos público, se encontra em vias de extinção. Portanto, o meu apelo aqui vai para que a Câmara de Aveiro, pelo seu bom relacionamento com o Ministério da Cultura, possa mudar algo em virtude dos graves problemas que se avizinham. Quando nós também sabemos por exemplo, Orquestras residentes em Lisboa, que fazem metade dos concertos que faz a Filarmonia das Beiras e eu posso dizer o caso da Orquestra Sinfónica Portuguesa, cujo orçamento atinge mais de um milhão de contos e que de facto, tem uma função social que eu considero bastante diminuta, face àquela que nós temos, nós Filarmonia das Beiras, a nossa orquestra; e aqui estou a falar como cidadão e não como outra coisa qualquer.

Para terminar, as questões dos Jardins. O Sr. Presidente falou nelas e eu aqui gostaria de também recomendar e solicitar, que concedêssemos ao nosso “Rossio” uma outra vocação social. Que lá pudéssemos praticar desporto, que lá pudesse ser outra coisa do que apenas um aglomerado de detritos caninos, que é aquilo a que o Rossio está votado. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só para fazer algumas considerações em relação ao Plano da Juventude e felicitar o Executivo Camarário, e a mim próprio, pelas propostas que o Executivo tem realizado; foram subscritas por mim aquando da campanha eleitoral. Queria dizer em primeiro lugar, em relação ao micro-tema da Juventude, está em início e está aí o projecto da Casa Municipal de Juventude, que era a grande aspiração das Associações deste concelho e da juventude deste concelho. Está o programa de apoio às Associações jovens, que como o meu colega Virgílio Nogueira disse, está a ser um sucesso ou pelo menos a começar a ser um sucesso. Gostava também de referir, para além deste ponto da Juventude, todas as outras coisas relacionadas com a Juventude que a Câmara tem vindo a fazer e que não são relacionadas directamente, mas também têm muita importância. A começar mesmo pelo meio ambiente, já se vai fazendo alguma coisa, pela própria requalificação urbana e por uma série de outros temas que interessam aos jovens deste concelho e aos habitantes deste concelho. Mas gostava também de deixar uma nota para o Executivo camarário, para que no próximo Relatório de Actividades pudesse observar aqui algumas preocupações ao nível da habitação social jovem, que não vejo indicadas (pelo menos ao que pude constatar) e que gostava de ver no próximo ano. Obrigado.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Obrigado Sr. Presidente. Em primeiro lugar e antes de começar um pouco sistematicamente a analisar este Relatório de Actividades, um conjunto de observações que já foram feitas relacionadas com este Relatório, fazem-me antes de mais pôr algumas questões. A primeira foi a afirmação, creio que o Sr. Presidente da Câmara terá dito que: o lago do centro da cidade já está a concurso. Queria só lembrar, que o plano de pormenor ainda não foi aprovado! Não sei se fará algum sentido estarmos de facto a avançar nesse sentido sem termos ainda um plano de pormenor aprovado.

Outra coisa que eu queria solicitar, era o seguinte: é algo que talvez não seja formal, os planos de pormenor quando nos são enviados, naturalmente que tem uma antecipação que está definida no Regimento da Assembleia, que é um determinado intervalo de tempo. Ora, isto é um assunto extremamente importante - o Plano de Pormenor da nossa cidade. E muitas vezes as bancadas, nomeadamente a bancada do PSD, gosta de analisar estes assuntos realmente e aprofundadamente. Precisamos de convidar pessoas, pessoas que percebam de urbanismo, e precisamos de algum tempo para de facto, quando viermos analisar esses planos ser de forma fundamentada, no sentido que nós entendemos, uma oposição crítica, construtiva, é essa a nossa intenção. Precisaríamos de mais tempo, para documentos destes, se fosse possível, serem-nos entregues mais cedo.

Também ouvi falar do prazer que foi termos tido aqui um campeonato mundial, nomeadamente o Kayak Polo, creio que se o campeonato foi um êxito desportivo a gestão financeira parece-me não o foi. No outro dia lê-mos sofre mais dívidas que existem; eu gostaria de saber se ainda temos de despender mais algum dinheiro ou se finalmente há outros que têm de assumir essa responsabilidade.

Depois, outra situação que se falou, é a hipótese de evitar que os automóveis circulem no interior da cidade. Eu aqui permito-me falar um pouco de uma certa postura que os Portugueses e os Europeus têm e que choca com a cultura que preside ao serviço público. Na América o indivíduo que paga exige; muito simplesmente. O cidadão paga um imposto autárquico tem de ter condições para usar o carro onde quer e quando quiser; acabou. Porque se não, não paga. Se há restrições não paga. Portanto o que se diz é o seguinte: se não se pagar tudo bem, façam

as restrições que quiserem. Se eu pago, quero estacionar dentro da cidade. Não estou a dizer qual é a minha opção, estou apenas a colocar considerações.

Depois foi dito pela Dr.ª Virgínia Veiga, a ideia das máquinas fotográficas. Já que se vão disponibilizar bicicletas para todos os cidadãos, eu sugeria que também se fornecessem as máquinas fotográficas para irmos fotografando a evolução da cidade e eu desejo que de futuro as pessoas fiquem muito contentes com as últimas fotografias e não aconteça “saudade” pelo passado.

Depois, como o Sr. António Salavessa referiu e que se prende um pouco com aquilo que eu disse anteriormente. É que se na verdade o aumento das receitas resulta das dívidas contraídas, aí está a minha pergunta: o que é que andaram a fazer estes Srs. Ministros todos a passar por cá, se não me parece que tenha havido diferença relativamente ao Executivo anterior!?

Depois, voltando ao Relatório de Actividades, eu começo logo nos dois primeiros parágrafos por verificar que o ano de transição, que se refere carências várias ao nível dos serviços, uma situação financeira muito difícil, os bloqueios, os impasses, uma série de assuntos que são negativos. Eu sou extremamente independente neste caso, não tenho nada a ver com o anterior Executivo, ia dizendo, que talvez fosse justo também dizer aspectos positivos importantes. Um deles, é não só desse Executivo, mas também desta Assembleia Municipal, e que não vi referido - é o Plano Estratégico da Cidade de Aveiro. Isso eu não vejo citado, eu isso não vejo utilizado e isso confunde-me. Sabemos já e já foi falado um pouco atrás quando foi falada a antiga Capitania, aqui a perspectiva - vai andar depressa, já verificámos não é tanto assim. É evidente que este assunto não é da total responsabilidade da Câmara Municipal, mas tal como foi afirmado até a nível de campanha eleitoral, compete à Câmara Municipal de Aveiro fazer eco de que aquela obra acabe. Sr. Presidente da Câmara se for necessário nós apoiamo-lo, se for necessário nós fazermos uma moção ou até fazemos uma manifestação... porque aquilo não faz sentido. Aquilo que é emblemático para Aveiro, esteja ali “encaixotado” há tanto tempo.

No que diz respeito à adesão do município à Sociedade Anónima Desportiva do Aveiro Basket, como sabe nós votámos contra nesta bancada. Mas isto refere-se a outros assuntos, é toda a problemática do desporto e do apoio que se dá ao desporto. Já na altura tive oportunidade de dizer que se deve dar ao desporto rigorosamente o que deve ser dado; e tem de se estudar rigorosamente o que é justo ser dado em função das mais-valias que resultam para o concelho de Aveiro. Isto bem a propósito do seguinte: é que ainda na última reunião falámos muito de exclusão social. E, quando se quer evitar a exclusão social propiciam-se meios para que ela não se verifique. Se utilize tempo por exemplo em desporto, que hajam um conjunto de acções que sejam orientadas por grupo de apoio social e têm de haver meios para que de facto os jovens não sejam excluídos socialmente. Por isso é muito importante ter possibilidades de fazer desporto, mas desporto que não é o profissional. Esse também é importante, mas eu digo que em primeiro lugar e para este município, tem de se considerar um desporto que sem ser profissional, deve existir para evitar a exclusão social.

No que diz respeito a alguns assuntos, que me parece não haver justiça ao citar-se que já vêm do passado, devo dizer que não seria nada mau ao falarmos da pista de remo dizermos que existiu sempre uma chama para a existência da pista de remo. No anterior Executivo, lembro perfeitamente que nomeadamente o Tenente Coronel Albuquerque Pinto, insistiu sempre para que não se apagasse esta chama. Porque se assim não fosse, quando o Sr. Presidente aqui chegasse, possivelmente a pista já estava em Montemor. Portanto, evitou-se que fosse para lá, e depois, proporcionou-se as condições para continuarmos a insistir nisto. Portanto não se pode dizer que foi o zero, manteve-se esta possibilidade.

Eu gosto imenso da ideia de irmos a ter aqui, enfim, quando tivermos o EURO2004 em futebol, termos também o novo estádio e termos o dinheiro que para aqui virá canalizado, mas que não será a 100%. Mas se não for a 100% eu continuo preocupado com outros factores, nomeadamente, com a acção social que deve ser feita por esta Câmara, nomeadamente quando

estamos a ver estas situações de exclusão social e interrogo-me se não irá para aqui uma verba bastante importante que cause transtornos noutras domínios.

No que diz respeito ao capítulo da juventude e dos apoios que são feitos, eu também vinha sugerir que para futuro se não esquecesse a Associação Académica da Universidade de Aveiro. Tenho dito isto múltiplas vezes, hoje já foi citado, não vale a pena insistir mais pois já sabem qual é a nossa posição.

Verificámos ao longo deste anos várias actividades no âmbito da Cultura; uma dispersão de actividades. Mas já no que diz respeito à Educação, quer-me parecer que também naquele espírito que a Autarquia não deve ficar só por aquela que é a sua competência restrita, no sentido de construir algumas coisas, também aqui me parece que se deve reflectir como anda a Educação; até porque há responsabilidades da Autarquia e isso não tem sido feito. Pensar no sistema educativo não tem sido feito. Eu penso que o sistema educativo diz respeito a todos, diz respeito aos estudantes, aos pais, aos avós, professores, todos os cidadãos e era capaz de ser um bom exemplo que esta Câmara municipal tivesse algumas iniciativas no sentido de questionar que educação temos e talvez a própria Assembleia o devesse ter feito. Aliás, no que diz respeito a essa situação, temos um Ministério da Educação que não é aberto a sugestões, mas que poderiam ser úteis.

Continuo a dizer que é pena que comparando os Orçamentos de 96, 97 e 98, já houve anos em que a verbas para construção e acção social foram maiores?! E, quero dizer que se conseguiu de facto uma Escola Superior de Saúde, no entanto lembro que esta Assembleia mandatou a Câmara Municipal para criar um grupo de trabalho para averiguar da pertinência ou não, da criação de uma Faculdade de Medicina em Aveiro e isso não foi feito; o que lamento.

Depois há o problema das pistas para uso das bicicletas. É que na reunião anterior foi dito que um inquérito ia ser feito. Eu desejo que esta pista de bicicletas seja utilizada, que não seja um desejo romântico. Lembro que antigamente nesta terra, abria-se a porta e no hall havia sempre uma bicicleta e portanto espero que não seja só o romantismo e que de facto essas pistas sejam utilizadas. Eu há uns tempos sugeri um inquérito, creio ter ouvido na última sessão que esse inquérito ia ser feito, mas não percebo para que é que o inquérito é feito se as obras já estão adjudicadas?!

Outra coisa que gostaria de esclarecer, diz respeito à Europa dos Pequenos. É que me parece ter ouvido dizer aqui, que afinal, por razões de natureza ambiental já não se ia aterrar as marinhas que foram adquiridas porque havia um deslocamento no sentido do que já estava aterrado? A ser assim, o que aqui está escrito não está certo. É que se diz que já se tinham comprado as marinhas para a Europa dos Pequenos! Gostava de esclarecer se sim ou não, tirar de facto a limpo neste momento.

Relativamente à preservação do ambiente, eu gosto de saber que há preocupações com o encerramento das lixeiras, no entanto é evidente que a preservação do ambiente não passa só pelo lixo - passa por outros vectores, nomeadamente a preservação da Ria de Aveiro. Sobre isso, nós apresentámos até publicamente, o estudo da preservação do Salgado Norte da Ria de Aveiro, não vejo nenhuma referência a isso e era bom que insistíssemos nesse assunto. De uma forma geral e do que aqui me é dado ler, verifico que há muitas actividades avulsas, mais ou menos descoordenadas, não seguindo o Plano Estratégico - o que é grave porque ele existe - porque é que ele não é utilizado!? Portanto, não é por se esbracejar muito que se chega mais depressa ao destino. De facto a falta de uma filosofia, a falta do Plano Estratégico, faz-me dizer que me parece que a tática é: "todos ao molho e fé em Deus". Muito Obrigado."

Presidente da Mesa:

"Srs. Deputados, se me dão licença, eu faço notar que passa da meia-noite e ainda temos oito inscrições. É evidente que a Assembleia é soberana. Pela parte da Mesa estaríamos dispostos a fazer um pequeno esforço no sentido de terminar este ponto da ordem de trabalhos. No entanto e

porque me chega aqui assinado por vários deputados um requerimento, que diz o seguinte: «em virtude do adiantado da hora vimos solicitar a imediata interrupção dos trabalhos desta Assembleia».

Eu penso, salvo melhor opinião, que os requerimentos não têm de ser fundamentados e portanto, eu penso que isto se aplica a este requerimento como “sopa no mel”, porque com o devido respeito creio não estarmos numa situação de “adiantado da hora”, sobretudo porque a Assembleia já tem terminado a horas muito mais adiantadas.

Mas vamos ater-nos ao essencial. Está na Mesa um requerimento que pretende a interrupção dos trabalhos desta Assembleia. Eu todavia coloco uma questão ao primeiro subscritor, que é uma questão fundamental nos requerimentos desta natureza e que aqui não nos aparece explícita pelo menos para mim, que é, se essa interrupção deve ser feita com prejuízo ou sem prejuízo das pessoas que estão inscritas?”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Muito obrigado. De facto a minha falta de formação jurídica levava-me a pensar que se era uma interrupção, era para de facto continuar tudo na mesma. Portanto, digo que é sem prejuízo, naturalmente.”

Presidente da Mesa:

“Peço que não leve a mal o formalismo jurídico. Queria só relembrar quem são os Srs. Deputados que estão inscritos: Manuel Coimbra, Filipe Brandão, Jorge Nascimento, António Vinagre, Diogo Machado, Raúl Martins, Capão Filipe, Rogério Madaíl. O Sr. Deputado pede a palavra para quê?”

Vogal Filipe Brandão:

“Uma interpelação à Mesa, que outro cabimento Regimental não tivesse, para permitir-me classificar de despudorada a apresentação deste requerimento. De facto, é no mínimo despudorado, que um membro desta Assembleia acabe de falar e no momento que acaba de falar apresente um requerimento em que pede que mais ninguém fale.

Segundo, é falacioso, uma vez que se deram ao trabalho de fundamentar o requerimento (estavam dispensados de o fazer), mas uma vez que o fazem, é absolutamente falacioso argumentar o adiantado da hora, porque já todos nós estamos há mais de um ano em funções e a meia-noite nesta Assembleia não é adiantado da hora. E, obviamente, que isto não pretende mais do que, de modo algo ingénuo, pretender fazer com que alguém que está ausente hoje possa aparecer na próxima reunião.

Acho de uma deselegância atroz, alguém acabar de falar e propôr que nessa reunião mais ninguém fale e que suspenda. Tão simples quanto isto.”

Presidente da Mesa:

“Em relação à intervenção do Sr. Deputado Filipe Brandão, foi aceite, mas permitam-me dizer que não é propriamente uma interpelação à Mesa, porque a Mesa na altura sobre o assunto disse o que tinha a dizer. Foi um protesto que V. Ex.^a entendeu formular.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Branco Pontes.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Abstendo-me de fazer juízos de valor sobre as intenções mais ou menos escondidas de um documento deste teor, eu apenas diria duas coisas: em primeiro lugar, os oradores que estão inscritos da bancada do Partido Popular não põem qualquer objecção em que se interrompa esta discussão aqui, sem prejuízo da inscrição que está feita e que se continue em data a designar pela soberana Mesa. Em segundo lugar os oradores que estão inscritos pelo Partido

Popular, não aceitam de modo algum interpretações como anteriormente a aqui aduzida em estilo de “desabafo” pelo Dr. Filipe Brandão.

Primeiro porque sentimos que isto não é um qualquer tipo da “lei da rolha”. Por outro lado, motivos físicos e que já foram aqui levantados pelo Dr. Raúl Martins, impedem-nos a todos de continuar esta discussão na plena posse de todas as faculdades visuais.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“É que de facto foi dito pelo Dr. Filipe Brandão algo que é extremamente injusto relativamente à minha pessoa. Devo dizer, que quando comecei a falar era antes da meia-noite. Não tive nenhuma decisão quando comecei a falar e quando acabei de falar era depois da meia-noite e a meia-noite, é exactamente o momento em que de acordo com o Regimento têm oportunidade de falar em adiantado da hora; porque antes disso não têm. E devo dizer que antes de ter começado a falar pedi a todos ao membros desta bancada que rubricassem o requerimento. Portanto, foi antes da meia-noite que eu apresentei esse requerimento. E devo dizer que, não considero nada despuadorado a apresentação desta proposta.”

Vogal Raúl Martins:

“Só para dizer que, sentido que este requerimento é para que o Dr. Rogério Madaíl, meu distinto colega, fale nesta Assembleia em tempo. Eu acho que nós temos todo o prazer em que o Dr. Rogério Madaíl fale e vou votar favoravelmente a proposta do PSD.”

Presidente da Mesa:

“Srs. Deputados, eu queria se me permitem e até porque o voto é público, eu queria dizer que por parte da Mesa havia toda a disponibilidade para que a discussão deste ponto fosse levado até ao fim, a Assembleia todavia é soberana e talvez a votação deste requerimento possa de facto fazer jurisprudência e doravante passar a ser este o critério. Bom, está na Mesa um requerimento, visa uma questão de âmbito processual.”

Vogal António Salavessa:

“O requerimento acho que não o invoca, mas durante estas várias intervenções houve quem falasse no princípio regimental da meia-noite. Eu não consigo encontrar no regimento qualquer referência a esse ponto; não existe. É evidente que não existe nenhum princípio regimental da meia-noite.”

Vogal Raúl Martins:

“Eu queria solicitar à Mesa que envidasse os esforços no sentido de não ser feita mais nenhuma reunião sem ser solucionado o problema desta sala. Definitivamente é impossível trabalhar nesta sala.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o requerimento apresentado pela bancada do PSD, solicitando a interrupção dos trabalhos devido ao adiantado da hora, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezasseis votos a favor, sete abstenções e quatro votos contra.

Continuando o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada esta reunião da Sessão Ordinária de Abril, sendo a próxima reunião marcada através de convocatória nos termos regimentais.

Eram 00:30 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.